



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**MAIARA CARBONERA**

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E A INTERAÇÃO COM A  
COMUNIDADE POR MEIO DOS SERVIÇOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
desafios do acesso e participação das comunidades vizinhas**

**FLORIANÓPOLIS**

**2019**

MAIARA CARBONERA

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E A INTERAÇÃO COM A  
COMUNIDADE POR MEIO DOS SERVIÇOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
desafios do acesso e participação das comunidades vizinhas**

Trabalho de conclusão de curso  
submetido ao Programa de Graduação da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
para a obtenção do Grau de Bacharel em  
Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Carla Rosane  
Bressan

**FLORIANÓPOLIS**

**2019**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Carbonera, Maiara

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E A INTERAÇÃO  
COM A COMUNIDADE POR MEIO DOS SERVIÇOS DE EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA : desafios do acesso e participação das  
comunidades vizinhas / Maiara Carbonera ; orientadora,  
Carla Rosane Bressan , 2019.

97 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Universidade Pública Brasileira.  
3. Papel Social da Universidade Pública. 4. Extensão  
Universitária. I. , Carla Rosane Bressan. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III.  
Titulo.

MAIARA CARBONERA

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E A INTERAÇÃO COM A  
COMUNIDADE POR MEIO DOS SERVIÇOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
desafios do acesso e participação das comunidades vizinhas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

BANCA EXAMINADORA

*H.S. Fagundes*

---

Profa. Dra. Helenara Silveira Fagundes  
Departamento de Serviço Social — UFSC

*M.T. Santos*

---

Profa. Dra. Maria Teresa dos Santos  
Departamento de Serviço Social — UFSC  
1ª Examinadora

*Deyse F. Estevão Fagah*

---

Deyse Estevão Fagah  
Assistente Social  
2º Examinadora

A universidade é parcela e reflexo de um projeto de manutenção ou transformação da sociedade. Em vista disto ela não pode ser pensada isoladamente do contexto social a qual se origina e situa, sob pena de sua ação tornar-se inócua. Só um adequado relacionamento entre a universidade e a sociedade permitirá uma organização e um desempenho universitário livre das rotinas e da inércia, e perfeitamente ajustado as necessidades sociais

(Jayme Paviani e José C. Pozenato)

## AGRADECIMENTOS

Como diz a composição de Lenine: "o que eu sou, eu sou em par, não cheguei sozinho". Assim, faço questão de registrar, mesmo que de forma singela, meu profundo agradecimento a todos os envolvidos nessa trajetória de cinco anos de graduação em Serviço Social.

Aos meus pais, por sempre se fazerem presentes na minha vida, acolhendo minhas dores e delícias e respeitando minhas decisões mesmo nas divergências. Obrigada pelo amor e carinho, que cada um à sua maneira, me proporciona no cotidiano das nossas relações. Eu amo vocês.

A todas/os as colegas e amigas, pelos aprendizados partilhados e por todas as palavras de incentivo, sobretudo nessa fase de desenvolvimento do TCC. Agradeço especialmente a minha querida amiga Jaina da C. Goes, com quem vivenciei muitos bons momentos ao longo da graduação - regados a café, conversas e risadas no intervalo entre estágio e aula. Obrigada por sempre marcar presença nos instantes mais felizes, e também, naqueles em que as coisas não iam tão bem assim.

Às minhas professoras e professores do departamento de Serviço Social, pela humildade no trato cotidiano, e por todas as experiências e conhecimentos compartilhados ao longo desses cinco anos de curso. Saibam que vocês me inspiram o máximo respeito e admiração pela profissão que escolhi.

A minha orientadora Carla Bressan, pela escuta e paciência em discutir a temática comigo, por acreditar no tema e na minha capacidade de desenvolvê-lo, e por me transmitir confiança nos momentos em que a ansiedade batia e eu pensava que não iria conseguir. Obrigada pela parceria.

A Deyse E. Fagah, minha supervisora de campo no estágio obrigatório, pela profissional e pessoa admirável que é, comprometida com a defesa dos direitos sociais e humanos. Obrigada por ter se dedicado em fazer do meu período de estágio um processo significativo para a minha formação profissional. Por ter sido uma supervisora de campo sempre muito acolhedora, respeitosa e aberta para questionamentos, críticas e sugestões. Saber que farei parte de uma categoria profissional composta também por pessoas como você, faz eu me sentir mais forte para enfrentar o cotidiano da prática de uma assistente social. Obrigada pela inspiração.

A todos os outros trabalhadores da Associação Casa São José, pelo comprometimento, persistência e sensibilidade no fazer profissional. Obrigada por me mostrarem, que apesar da luta ser constante, existem pessoas que se dedicam todos os dias para construir uma realidade social mais justa. Obrigada também por terem sido tão receptivos comigo ao longo dos três semestres de estágio, e por confiarem na minha competência.

Aos moradores da Serrinha, em especial as famílias que pude acompanhar, pela receptividade e confiança, por todas as trocas realizadas, pelas conquistas conjuntas, e por tudo o que aprendi enquanto profissional e pessoa com esta experiência. Obrigada.

E por fim, a toda classe trabalhadora que luta pela manutenção da Universidade pública, gratuita, de qualidade, bem como a de outros direitos historicamente conquistados. Que sejamos fortes nesses tempos sombrios.

## RESUMO

O presente trabalho consiste em um estudo exploratório realizado a partir do desenvolvimento do Projeto de Intervenção executado no contexto da Associação Casa São José – entidade localizada na comunidade Serrinha, em Florianópolis. Ao longo do processo de estágio na referida instituição, observou-se que apesar da proximidade geográfica entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Serrinha, grande parte da comunidade não tinha conhecimentos sobre a existência dos serviços de extensão ofertados pela universidade. Nesse sentido, delimitou-se como objetivo geral: Analisar de que forma os serviços de extensão de caráter permanente ofertados pela UFSC possibilitam o acesso à população das comunidades do seu entorno, tendo em vista que esta é uma das formas de concretização de seu papel social. E, como objetivos específicos: Reconhecer o processo de constituição da universidade pública brasileira, no que tange ao delineamento de seu papel social; Conhecer a função social da universidade pública brasileira na atualidade; Apontar o papel da extensão universitária no cumprimento da sua função social; Identificar as modalidades de serviços de extensão ofertados pela universidade nas áreas da saúde, ciências sociais aplicadas e ciências humanas, abertos a comunidade; e Relatar de que forma ocorre a inserção da comunidade externa da UFSC nos serviços de extensão investigados. A pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, possui como base fontes bibliográficas, documentos institucionais e a coleta de dados empíricos - realizada através das técnicas de visita e observação, em oito serviços de extensão de caráter permanente da UFSC. A partir deste estudo, pôde-se observar que apesar da extensão universitária ser reconhecida pela UFSC na perspectiva em que se vincula à contribuição do papel social assumido pela universidade pública brasileira, no âmbito da prática extensionista identificou-se nos serviços analisados que existem dificuldades no acesso e participação da comunidade aos mesmos. Dificuldades de diferentes ordens: no pagamento de taxas de inscrição, na participação de editais seletivos onde pode-se pleitear a isenção, no número de vagas disponíveis, ou ainda nos critérios de acesso a tais serviços

**Palavras-chave:** Universidade Pública Brasileira. Papel Social da Universidade Pública. Extensão Universitária.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: APORTES HISTÓRICOS, LEGAIS E A EXTENSÃO COMO PRINCÍPIO INTEGRANTE DO TRIPE DE SUA AÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>Elementos centrais acerca da criação da universidade pública no Brasil: Origem, história e finalidades .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2</b>	<b>A reforma universitária de 1968 e as mudanças na universidade pública brasileira .....</b>	<b>19</b>
<b>2.3</b>	<b>A universidade a partir da redemocratização do Estado brasileiro .....</b>	<b>24</b>
<b>2.4</b>	<b>Extensão universitária: da construção de seu conceito à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão .....</b>	<b>32</b>
<b>3</b>	<b>A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E OS SERVIÇOS DE EXTENSÃO OFERTADOS A COMUNIDADE .....</b>	<b>42</b>
<b>3.1</b>	<b>A extensão universitária no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC .....</b>	<b>42</b>
<b>3.2</b>	<b>O estágio curricular obrigatório de Serviço Social na Associação Casa São José (CSJ): contexto desencadeador do projeto de intervenção ...</b>	<b>47</b>
<b>3.3</b>	<b>Reflexões acerca do caráter dos serviços de extensão ofertados pela UFSC a partir do desenvolvimento do Projeto de Intervenção (PI) .....</b>	<b>51</b>
<b>3.3.1</b>	<b>Procedimentos de coleta de dados .....</b>	<b>51</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Resultados e análise dos dados .....</b>	<b>54</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>77</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>80</b>
	<b>APÊNDICES A – “OCUPANDO ESPAÇOS: Aproximação da Associação Casa São José e da comunidade da Serrinha com os serviços de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina” .....</b>	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A universidade brasileira passou por diversas transformações desde sua criação até a atualidade. Processo que, segundo Chauí (2003), se deve ao fato de a universidade não ser um ator independente ou alheio a realidade social, mas sim uma instituição social<sup>1</sup> que se expressa de acordo com a estrutura e a dinâmica do social no qual está inserida.

A primeira instituição universitária do território nacional, de acordo com Fávero (2006), foi criada em 1920, a partir da justaposição de três escolas tradicionais de ensino superior. Assim, destaca-se que a universidade brasileira em sua origem, vai ser organizada para dar continuidade ao que já vinha sendo feito, ou seja, a reprodução de um ensino estritamente técnico e especializado, voltado para a formação de profissionais liberais. Nesse sentido, não se diferenciou do padrão assumido pelas escolas tradicionais de ensino superior da época.

Apesar das críticas deferidas, principalmente por segmentos do campo da educação, ao modelo de Universidade adotado, mudança alguma foi efetivada naquele momento histórico. Somente três décadas depois, com a chegada de novas demandas sociais emergentes da sociedade urbano-industrial, que o papel da universidade brasileira entra então em discussão, pautada por diferentes segmentos da sociedade.

A partir das discussões que ganharam consistência após o Movimento pela Reforma Universitária de 1968, a Universidade brasileira passou por diversos períodos de mudanças, principalmente no que se refere na compreensão do seu papel social.

Nos dias atuais, Universidade é cotidianamente convocada a ser palco de discussões sobre a sociedade, a assumir como compromisso legal a produção de conhecimentos voltados para o enfrentamento de problemas sociais, tornando-se assim um instrumento de transformação social, em direção à justiça e à democracia. (BRASIL,2012). Neste sentido, é atualmente previsto que seu papel social seja respondido por meio das ações calcadas no tripé do ensino, pesquisa e extensão, tidas como sua função precípua.

---

<sup>1</sup> Segundo Chauí, uma instituição social é: “uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.” (CHAUÍ, 2003, p.5)

De acordo com Paula (2013), a extensão é o principal meio de interlocução entre universidade e sociedade e é através desta que ocorre a troca conhecimentos entre estes dois atores sociais. Assim, ao mesmo tempo que esta influência, também é influenciada pelo próprio movimento da realidade social.

Para Mendonça e Silva (2002), a extensão universitária representa ainda uma forma de democratizar o conhecimento produzido pela Universidade Pública brasileira, uma vez que, poucos são os que tem acesso direto a este equipamento educacional. Dessa forma, esta prática se constitui ainda, como um meio de devolver à sociedade o investimento depositado nesse espaço coletivamente financiado.

Percebe-se então, que a extensão universitária resulta em ganhos tanto para a comunidade acadêmica, quanto para o meio no qual ela está inserida. Logo, é preciso desenvolver estratégias que possibilitem uma efetiva integração com a sociedade, e de modo especial, aqui será tomado como referência aquelas comunidades que estão no entorno da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), impulsionando a participação e protagonismo num exemplo de cumprimento da função social da universidade.

A seguinte proposta de estudo foi delineada a partir da inserção enquanto estagiária do curso de graduação em Serviço Social em uma entidade social localizada nos limites da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A partir das vivências possibilitadas pela experiência de estágio, pôde-se perceber que apesar da proximidade geográfica, muitos dos moradores da comunidade em questão, e até mesmo os profissionais do campo, desconheciam os serviços ofertados pela extensão universitária da referida universidade.

A partir dessa observação, alguns questionamentos foram levantados: Até que ponto a UFSC tem conseguido cumprir o papel social junto as comunidades do seu entorno? As comunidades do entorno da UFSC têm acesso a informações quanto aos serviços de extensão por ela ofertados? O quanto dos objetivos institucionais e deveres explicitados nas legislações federais e documentos institucionais referentes a extensão universitária, chegam a contemplar ações voltadas às comunidades do seu entorno? Ocorre interação entre a universidade e o seu entorno através de ações de extensão? Essa interação se efetiva, tendo em

vista a compreensão de extensão universitária assumida pelas Universidades Públicas ao longo da história?

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral: Analisar de que forma os serviços de extensão de caráter permanente ofertados pela UFSC, possibilitam o acesso da população das comunidades do seu entorno, tendo em vista uma das formas de concretização de seu papel social. Para tanto, delineou-se como objetivos específicos: 1. Reconhecer o processo de constituição da universidade pública brasileira, no que tange ao delineamento de seu papel social; 2. Conhecer a função social da universidade pública brasileira na atualidade; 3. Apontar o papel da extensão universitária no cumprimento da sua função social; 4. Identificar as modalidades de serviços de extensão ofertados pela universidade nas áreas da saúde, ciências sociais aplicadas e ciências humanas, abertos a comunidade; 5. Relatar de que forma ocorre a inserção da comunidade externa da UFSC nos serviços de extensão investigados.

Nesse sentido, a pesquisa terá uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, e será desenvolvida com base em fontes bibliográficas, documentos institucionais e coleta de dados empíricos - realizada através das técnicas de visita e observação. Por fim, será realizado a análise dos dados coletados a partir de dois eixos aglutinadores, formulados considerando os elementos que perpassaram todos os serviços de extensão que fizeram parte deste estudo.

Nesse sentido, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está estruturado em duas seções. A primeira abordará questões centrais acerca da construção da Universidade Pública brasileira, destacando elementos centrais de sua constituição, as mudanças ocorridas ao longo da história no que se refere especificamente a compreensão do seu papel social, e o processo de institucionalização da extensão universitária enquanto sua função precípua.

A segunda seção abordará o compromisso assumido pela UFSC com a extensão universitária através de documentos institucionais, e a sistematização e análise das informações coletadas junto aos serviços de extensão da UFSC que fizeram parte da pesquisa.

E, por fim, segue as considerações finais e referências utilizadas no presente trabalho.

## **2 UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: APORTES HISTÓRICOS, LEGAIS E A EXTENSÃO COMO PRINCÍPIO INTEGRANTE DO TRIPE DE SUA AÇÃO**

Nesta primeira seção iremos discorrer sobre como se deu o processo de construção da Universidade Pública Brasileira dando ênfase para as principais transformações ocorridas de sua origem até a atualidade. Para tal, serão abarcadas questões como: a origem do ensino superior no Brasil e os desdobramentos até a criação da Universidade; a Reforma Universitária de 1968 e as mudanças ocasionadas na Universidade Pública brasileira; e a Universidade Pública Brasileira pós período de redemocratização do país - que dentre suas principais alterações está o desenvolvimento da extensão enquanto finalidade institucional.

Faremos também, nesta seção, um resgate das primeiras práticas de extensão desenvolvidas no contexto nacional, pontuando os marcos legais ocorridos ao longo da história, que incidiram na institucionalização dessa prática enquanto atividade obrigatória da Universidade Pública brasileira. Neste aspecto, será dado ênfase ao “conceito hegemônico de extensão” desenvolvido historicamente até a perspectiva em vincula-se à contribuição do papel social assumido pela universidade pública.

### **2.1 Elementos centrais acerca da criação da universidade pública no Brasil: Origem, história e finalidades**

Segundo Fávero (2006) as tentativas de criação da universidade brasileira tiveram início ainda no contexto do Brasil colônia, permeadas de grande resistência por parte de Portugal e das elites nativas detentoras do poder naquele período histórico. A relutância advinha, principalmente, do fato de que tais grupos não vislumbravam vantagens em fundar uma instituição com o caráter de uma universidade na Colônia, uma vez que, após concluir os estudos nos colégios jesuítas, a aristocracia local tinha acesso ao ensino superior em instituições europeias.

Muito se devia também, pelo fato de que neste período, Portugal mantinha uma forte política de controle sobre a colônia, e não tinha interesse em estimular

qualquer iniciativa que pudesse culminar em algum grau de independência econômica, cultural e política do território brasileiro. Assim, a educação não era colocada como prioridade, e todas as investidas para a criação da Universidade no Brasil, nesse contexto histórico, foram malsucedidas.

Em relação aos colégios jesuítas, os autores Paviani e Pozenato (1984) apontam que era por meio destes que se difundia a cultura intelectual na Colônia, através do ensino dos clássicos da arte, da filosofia, da teologia e algumas outras ciências. O nível mais elevado de formação disponível no Brasil era o grau de mestre em artes, que possuía o caráter de ensino superior, mas não equivalia ao ensino universitário.

Os jesuítas, segundo Maciel e Neto (2006), faziam parte de uma ordem religiosa constituída por padres, denominada Companhia de Jesus<sup>2</sup>. Fundada no ano de 1534, o principal objetivo dessa congregação religiosa, era atuar contra o avanço da Reforma Protestante<sup>3</sup>. No contexto da Colônia, os jesuítas tiveram um papel de destaque: introduziram a língua portuguesa como elemento imprescindível para que Portugal tivesse acesso às riquezas brasileiras, e utilizaram-se da educação como estratégia para atuar no objetivo de converter os povos originários das regiões colonizadas a fé católica.

Em meados da década de 1750, segundo Sampaio (1991), ocorre o primeiro marco na historiografia da educação superior brasileira, conhecido como Reforma Pombalina<sup>4</sup>. Em meio as alterações efetivadas no âmbito educacional, destaque-se a reforma da Universidade de Coimbra, que visou libertar o ensino dos entraves do

---

<sup>2</sup>Os jesuítas tinham como princípios fundamentais: busca da perfeição humana por intermédio da palavra de Deus e a vontade dos homens; obediência absoluta e sem limites aos superiores; disciplina severa e rígida; hierarquia baseada na estrutura militar; valorização da aptidão pessoal de seus membros. Tiveram grande expansão nas primeiras décadas de sua formação, constatada pelo crescimento de seus membros.

<sup>3</sup> A Reforma Protestante, segundo (Matos,2011), consistiu em um movimento religioso ocorrido na Europa, durante o século XVI, que empreendia críticas a ações e regras da Igreja Católica. Neste contexto, segundo o autor, “havia muita violência, baixa expectativa de vida e profundos contrastes socioeconômicos, além da grande insatisfação, tanto dos governantes como do povo, em relação à Igreja.” (p.6) O principal agente da Reforma foi o monge alemão Martinho Lutero (1483-1546), que em 1517, publicou 95 teses que criticando, principalmente, a venda de indulgências(quando a Igreja “concedia” o perdão divino com a contrapartida de pagamento). Este fato deu origem a um processo de ruptura que abalou o domínio católico na Europa e permitiu o surgimento de ramificações do cristianismo, como o luteranismo, a primeira religião protestante.

<sup>4</sup> A Reforma Pombalina empreendida pelo marquês Sebastião José de Carvalho e Melo durante seu período governativo de 1750 a 1777 visou efetivar mudanças políticas, administrativas, econômicas, culturais e educacionais na sociedade portuguesa. Contudo, o Brasil na sua condição de colônia de Portugal, também acompanhou as transformações.

conservadorismo e restauração católica - entendidos como responsáveis pelo atraso do país em relação aos demais países europeus, no campo científico e industrial.

Ainda de acordo com a autora, em consequência dos ideais vislumbrados pela Reforma Pombalina no campo da educação, na segunda metade do século XVIII ocorreu a expulsão dos jesuítas do Brasil e o fechamento dos colégios por eles administrados – o que provocou forte impacto no ensino do país, uma vez que o grupo deposto detinha a maior parte dos educandários da colônia.

Como aponta Sampaio (1991), no início do século seguinte, ocorreu uma conjugação de fatos que impulsionou o interesse da criação de universidades no Brasil. De um lado, a mudança da corte portuguesa para o Brasil (1808), que traz consigo o interesse e necessidade de ofertar educação para seus filhos. De outro, em decorrência das dificuldades encontradas pela classe dominante em conseguir acesso nas universidades europeias, registra-se então novamente iniciativas de se instituir o ensino superior no país.

Assim, as primeiras escolas superiores foram criadas, apresentando um modelo de ensino voltado para a formação de profissionais liberais tradicionais, como as áreas de engenharia, medicina e mais tarde, direito. O ensino possuía um caráter estritamente técnico e especializado que “assegurava um diploma profissional, o qual dava o direito a ocupar posições privilegiadas no mercado de trabalho e assegurar prestígio social.” (SAMPAIO, 1991, p.3)

Ao encontro dos apontamentos de Sampaio, Fernandes (1975) argumenta que as escolas superiores brasileiras se constituíram enquanto um espaço de elites culturais, que faziam o uso do ensino superior de maneira bastante limitada. Segundo o autor, tratava-se de:

Uma escola altamente hierarquizada, rígida e exclusivista, que transformava o saber em símbolo de distância social, a atividade educacional em fonte de poder, e os professores em agentes pessoais do controle gerontocrático das gerações novas. Por si e em si mesmo as escolas se comunicavam muito pouco com a sociedade. Encerrava-se sobre si própria, para perseguir os fins que ditavam a sua existência: a transmissão dogmática de conhecimentos e a formação de certos tipos de letrados, que podiam metamorfosear, pela suplementação da escolarização através de práticas rotineiras, em políticos, burocratas, homens de negócios ou profissionais liberais. (FERNANDES, 1975, p.56)

As escolas em questão estavam sobre forte controle do Estado, que era o principal responsável por grande parte das decisões que envolviam estas instituições. Segundo Sampaio (1991), cabia a este decidir pela criação ou não de uma nova instituição, estabelecer os objetivos de cada escola criada, interferir nos

currículos e programas de ensino, e escolher os dirigentes e os profissionais que atuariam em cada uma delas – o que, em geral, era feito com base em afinidade política.

A autora sinaliza também, que de 1808 até a Proclamação da República em 1889, o ensino superior brasileiro pouco se desenvolveu, devido ao ritmo desacelerado das transformações sociais e econômicas ocorridas neste período de tempo. No entanto, com o marco da Proclamação da República, a educação no país passou por grandes transformações.

As principais mudanças foram que, com a Constituição da República, o ensino superior, antes privativo do poder central, é descentralizado aos governos estaduais, e nesse momento, a criação de instituições privadas passa a ser autorizada. Em consequência, ocorre o fenômeno de grande aumento quantitativo de escolas de ensino superior, especialmente, escolas de caráter privado.

Fávero (2006) aponta que somente em 1915 com a Reforma Carlos Maximiliano (Lei nº 2.924, de 05/01/1915)<sup>5</sup>, o governo obteve aparato legal para constituir o que naquele momento histórico, mesmo sob críticas, seria compreendido como a primeira universidade brasileira. Porém a criação da primeira Universidade se efetivou somente em 1920, marcada pela junção de três escolas isoladas localizadas no Rio de Janeiro.

Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características. (FÁVERO, 2006, p.22)

No entanto, apesar de ser reconhecida pelo governo federal enquanto a primeira universidade do país, que atendeu sob o nome de Universidade do Rio de Janeiro (URJ), Fernandes (1975) ressalta que esta instituição, na verdade, não apresentou um caráter diferente das já existentes, uma vez que, se constituía em um aglomerado de escolas isoladas e desarticuladas, o que não condizia com a conceituação de uma universidade. Para o autor, a ideia de universidade foi adulterada:

---

<sup>5</sup> Esta Reforma, por meio do Decreto nº 11.530, de 11 de março de 1915, dispõe a respeito da instituição de uma universidade, determinando em seu art. 6º: “O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar”.



[...] o que se chamou de universidade não tinha substância própria, nem ao nível estrutural-funcional, nem ao nível histórico. Era uma mera conglomeração de escolas superiores e um recurso para preservá-las, fortalece-las e difundi-las. ” (FERNANDES,1975, p.60)

Fávero (2006), sinaliza que a universidade criada em 1920 não teve sua origem pautada em atender às necessidades fundamentais da realidade do contexto em que estava inserida. Foi criada com o objetivo de ser apenas um bem cultural, acessível a um determinado grupo de pessoas, sem uma definição objetiva de suas próprias funções - fato que despertou grandes debates em torno de sua criação. Dentre os pontos levantados estavam a rasa concepção do que consistia em uma universidade; a falta da definição de suas funções; a inexistente autonomia universitária e as discussões acerca do modelo de universidade a ser adotado.

Segundo a referida autora, na efervescência do debate que sucedeu a origem da instituição universitária, coexistiam diferentes posicionamentos no que diz respeito a compreensão das funções e do papel da universidade. Havia aqueles que defendiam uma universidade que além da formação profissional, se comprometesse em investir no desenvolvimento da pesquisa científica. Também, aqueles que reafirmavam que a prioridade dessa instituição deveria ser a formação profissional. Além dos que apontavam ainda, que para existir uma universidade digna dessa denominação, “essa deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação da ciência nova. ” (FÁVERO, 2006, p.23).

Como consequência do debate instalado em torno da criação da primeira universidade brasileira, Paviani e Pozenato (1984) sinalizam que começou a busca pela construção de uma identidade para essa instituição, o que se tornou uma tarefa difícil, uma vez que, diferentemente de outros países da Europa e até mesmo da América, o Brasil não possuía outras experiências que pudessem contribuir na definição de novos rumos.

Ainda na década de 20, de acordo com a autora, duas associações desempenharam um papel importante - a Associação Brasileira de Educação (ABE) e a Academia Brasileira de Ciência (ABC), estas pautavam a reformulação do sistema educacional brasileiro, desde o nível primário até o superior, sinalizando inclusive, a construção um projeto de universidade.

A partir disto, um intenso diálogo foi estabelecido a nível nacional, com diversos setores da área da educação, por meio de cursos de extensão, pesquisas,

elaboração de projetos de lei e "inquéritos"<sup>6</sup> entre os líderes educacionais, e as Conferências Nacionais de Educação<sup>7</sup>, o que contribuiu para formar e difundir entre os profissionais da educação o horizonte de um modelo de universidade a ser construído.

De acordo com a referida autora, neste momento, o diálogo entorno do modelo de universidade mostrava que esta deveria ser um espaço que abriga a ciência e promove a pesquisa. Uma instituição que pudesse integrar como um sistema único, mas sob direção autônoma, as faculdades profissionais, institutos técnicos especializados e instituições de altos estudos. Além disso, que pudesse contribuir, através da ciência, para a formação e desenvolvimento da cultura nacional. No entanto, essa visão de universidade não foi concretizada naquele momento histórico.

Fávero (2006) aponta que já na década de 30, o governo provisório de Getúlio Vargas funda o Ministério de Educação e Saúde, que teve Francisco Campos como primeiro ministro. Logo após sua posse, no início do ano seguinte, Campos promoveu uma série de reformas de ensino, dentre estas, a implementação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31), a organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº 19.852/31) e a criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.850/31).

Trata-se, sem dúvida, de adaptar a educação escolar a diretrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho. (FÁVERO, 2006, p.23)

Dentre os objetivos desta reforma, destaca-se a necessidade de uma universidade que atue para além do ensino, que se caracterizasse como um organismo de desenvolvimento de pesquisa científica e disseminação de cultura. No campo do discurso, a reforma afirmava, segundo Fávero (2006), que a Faculdade de

---

<sup>6</sup> O objetivo dos inquéritos patrocinados pela ABE era "provocar o pronunciamento de grande número de pessoas previamente escolhidas", conforme o discurso de Levi Carneiro, ao assumir a presidência do órgão em 1925. Ao todo, foram realizados três. O inquérito de 1927 sobre a questão universitária brasileira foi dirigido por uma comissão integrada por professores e contou com o apoio de O Jornal e do Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro e de O Estado de São Paulo. Os outros dois inquéritos, de 1926 e de 1927, tratavam respectivamente da instrução pública e do ensino secundário. (SAMPAIO, 1991, p.9)

<sup>7</sup> A primeira Conferência foi realizada em 1927 em Curitiba. Belo Horizonte sediou a segunda Conferência em 1928 e São Paulo, a terceira, em 1929. O tema "universidade" esteve presente em todos esses encontros e também na ocasião do Congresso Nacional de Educação realizado em 1927, no Rio de Janeiro. Nesses encontros, o debate sobre a universidade girava em torno de três temas: a função da universidade (modalidade de ensino e tipo de formação), a autonomia da instituição e como esta deveria se estruturar internamente. (SAMPAIO, 1991, p.9)

Educação, Ciências e Letras iria imprimir à universidade seu “caráter universitário”, o que não aconteceu de fato.

Sampaio (1991) aponta que a nova Faculdade de Educação, Ciências e Letras visava principalmente a formação de professores para o ensino secundário e apesar dessa missão não ser inconciliável com a produção do conhecimento e o desenvolvimento da prática da pesquisa, a formação acabou se tornando a prioridade. Desse modo, a reforma não conseguiu colocar em prática o modelo de universidade almejado pelos intelectuais e educadores nos debates travados na década anterior.

Ainda segundo a autora, entre os reais feitos da reforma, destaca-se, principalmente, a organização do sistema de ensino superior em duas modalidades: o sistema universitário e o instituto isolado. Também a definição do conselho universitário e do reitor enquanto responsáveis pela administração da universidade, e o estabelecimento de como deve ser a composição do corpo docente das universidades.

Ao adentrar no ano de 1945, Sampaio (1991) destaca outro marco na história do ensino superior brasileiro - o desenvolvimento do sistema federal. As instituições com esse caráter, surgiram a partir da federalização de algumas universidades estaduais criadas na década de anterior. Concomitante a isto, ocorreu a disseminação da ideia de que cada Estado do país tinha o direito a pelo menos uma universidade federal.

Com o fim do Estado Novo e a promulgação da Constituição de 1946, intensifica-se a busca por uma autonomia universitária plena, que pudesse contemplar tanto o âmbito administrativo e financeiro, quanto didático e disciplinar. No entanto, não há grandes alterações neste período.

De acordo com Paini e Costa (2016), com a chegada do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (JK) no ano de 1956, o ensino superior sofreu intensa expansão quantitativa, contudo, dentro destes estabelecimentos ainda predominava a formação profissional, sem a preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento.

Paviani e Pozenato (1984), apontam que a política desenvolvimentista empreendida por JK resultou em mudanças no mercado de trabalho, que conseqüentemente, passou a exigir novas e diferentes habilitações profissionais para atender as demandas emergentes. Diante dessa nova realidade, passa a ser

exigido da universidade sua contribuição na elaboração de conhecimentos científicos e tecnológicos, de modo que pudesse oferecer um produto universitário capaz de atender as novas necessidades do mercado de trabalho.

Neste contexto, de acordo com os referidos autores, no final da década de 50 e início dos anos 60 começa a ficar mais evidente para alguns setores da sociedade a situação deplorável em que se encontrava a universidade brasileira, fato que reacendeu uma série de discussões sobre a necessidade de se efetivar mudanças. Ou seja, nesse momento “constatou-se que a universidade brasileira se encontrava despreparada, obsoleta, elitista, bacharelesca, em suma, afastada da missão cultural e científica que dela passava agora esperar a sociedade.”(PAVIANI; POZENATO, 1984, p.74).

A partir deste momento de tomada de consciência, ocorre o início das reflexões acerca da Reforma Universitária, e um movimento composto principalmente por docentes e estudantes em prol de mudanças na Universidade brasileira começa a ganhar consistência, como veremos no próximo tópico.

## **2.2 A Reforma Universitária de 1968 e as mudanças na universidade pública brasileira**

Como vimos anteriormente, entre o final da década de 50 e início da década de 60, estudantes, professores e graduados ligados a prática da pesquisa teciam grandes críticas ao caráter extremamente arcaico e elitista da universidade brasileira. Estas críticas, de acordo com Fernandes (1975), incluíam desde o modo de funcionamento, estrutura e organização dessas instituições, até seu baixo aproveitamento diante das demandas sociais emergentes da sociedade urbano-industrial.

Nesse momento, em meio a intensa insatisfação, o desejo de mudança se fez fortemente presente no meio estudantil, que participou de forma ativa e relevante na construção do movimento pela Reforma Universitária, como aponta Fávero (2006), Fernandes (1975) e Sampaio (1991).

Junto de parte dos docentes e intelectuais da época, os estudantes começaram a pensar estratégias para efetivar mudanças na instituição universitária vigente, que se mostrava ultrapassada. De acordo com esse segmento, a universidade brasileira deveria ser, “popular, deselitizada, organizada por

departamentos que decidiriam tudo em conjunto, e livre dos velhos catedráticos<sup>8</sup> e do poder das antigas faculdades.” (SAMPAIO,1991, p.15).

Uma das formas de organização do movimento estudantil para a discussão de pautas referentes a Reforma Universitária, segundo Fávero (2000 e 2006), foram os seminários<sup>9</sup> empreendidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE) já no início da década de 60. Dentre as temáticas discutidas estavam: autonomia universitária; participação docente e discente na administração das universidades; adoção do regime de trabalho em tempo integral para docentes; ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas e flexibilidade na organização de currículos.

Nesse sentido a Reforma Universitária reivindicada pelos estudantes, ia para além de uma reorganização formal do ensino superior. O que se almejava era um novo modelo de universidade, que pudesse ser “educacionalmente criadora, intelectualmente crítica e socialmente atuante, aberta ao povo e capaz de exprimir politicamente os seus anseios mais profundos.”(FERNANDES,1975, p.64). Inicialmente, de acordo com referido autor, os ideais pautados pelos estudantes defrontaram-se com forte resistência de grande parte do corpo docente; com a inércia cultural da própria instituição e com o desinteresse político da sociedade brasileira diante da situação apresentada. Em decorrência disto, foi necessário reformular estratégias políticas e abordar os problemas da realidade universitária do país relacionando-os com as questões políticas mais abrangentes, vivenciadas naquele momento histórico, pela sociedade brasileira.

Neste contexto, marcado por inúmeras críticas e forte organização estudantil em prol de uma nova universidade, Fernandes (1975) aponta que ocorreu o rápido aumento quantitativo de escolas superiores, mas sem mudanças no caráter arcaico dessas instituições. Devido a incapacidade deste padrão tradicional de ensino superior em responder as exigências intelectuais, sociais e culturais da civilização

---

<sup>8</sup> No sistema de cátedra cada matéria ou área do conhecimento era de responsabilidade de um professor vitalício - o catedrático. Este por sua vez era escolhido pelo Estado mais por critérios políticos do que acadêmicos, e possuía grande poder de decisão sobre seus auxiliares. “O catedrático passou a simbolizar universidade rígida, antiga, autoritária, e atrasada, que atraía não só a oposição dos jovens pesquisadores, mas também do movimento estudantil que começava a incorporar os ideais da modernização e do desenvolvimento a partir da mobilização das massas, dos intelectuais e dos conhecimentos da ciência e da tecnologia modernos.” Sampaio, p.15.

<sup>9</sup>Os Seminários da Reforma Universitária promovidos pela UNE ocorreram na Bahia em 1961, e no Paraná em 1962. As teses originadas desses seminários foram sistematizadas no documento "UNE: luta atual pela reforma universitária", de dezembro de 1963.

urbano-industrial, aos poucos, tal caráter vai se tornando evidente para outros setores da sociedade.

Uma tentativa de modernização do ensino superior no Brasil vai ocorrer em 1961, com a criação da Universidade de Brasília (UB). Segundo Fávero (2006) essa instituição possuía uma proposta diferenciada, apresentando um caráter multifuncional e alguns avanços significativos em relação as universidades existentes.<sup>10</sup> Contudo, sua criação foi motivo de grande polêmica, evidenciando que a transformação almejada para a universidade brasileira transcendia o nível de amadurecimento político das elites nacionais conservadoras, que apresentaram forte resistência a UB. Paviani e Pozenato (1984), apontam que apesar da resistência de setores conservadores da sociedade brasileira, a discussão sobre a Reforma Universitária começou a ultrapassar o meio acadêmico. A principal crítica tecida pelos que defendiam a reforma, era o fato das universidades não terem conseguido superar o caráter de instituições de formação de profissionais liberais. Além disso, não representavam um centro de ciência e cultura e tão pouco correspondiam as funções que deveriam exercer na sociedade. A transformação da universidade brasileira se mostrava tarefa inevitável, tanto pela pressão exercida pelas classes médias, que exigiam a ampliação da oferta de vagas nas universidades, quanto pela necessidade do projeto de modernização econômica que se pretendia implementar no País.

De acordo com Fernandes (1975), com a ditadura militar instaurada em 1964, a voz que a universidade brasileira havia conseguido conquistar, foi silenciada. O governo de Castelo Branco, objetivando desmobilizar e dismantelar o movimento estudantil, promoveu reformas na educação brasileira, visando criar novos mecanismos de controle do ensino superior emergente. Segundo o referido autor, estas serviram como mero expediente de neutralização política de tensões internas, com alterações de caráter estritamente técnico e não atenderam a nenhum dos anseios sociais de mudança educacional. Para Fernandes (1975), além de não atender à reivindicação do movimento estudantil, a reforma deixou de agradar os círculos empresariais, que passaram a criticar seus altos custos e baixo aproveitamento.

---

<sup>10</sup> Convidados pelo Presidente JK a desenhar um novo modelo de educação superior para a Universidade de Brasília, em 1960, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, conceberam um projeto de universidade sem cátedra vitalícia, com programas de ensino baseados em ciclos de formação geral, organizada em centros por grandes áreas do conhecimento (portanto, sem faculdades superiores).

Nesse contexto, de acordo com Martins (2009), o clima de insatisfação com a estrutura universitária permanecia entre estudantes e professores. O número extremamente limitado de vagas do ensino público fazia com que os estudantes, mesmo aprovados nos vestibulares, continuassem sem conseguir acessar a universidade, que em dados absolutos tinha-se em 1960, 29 mil estudantes não conseguiram vagas nas instituições para as quais tinham sido aprovados, número que aumentou para 162 mil em 1968 (p.19)

No início de 1968, a mobilização estudantil travava significativos debates dentro das universidades, além de intensas manifestações de rua. Nesse momento, vai exigir do governo soluções para os problemas educacionais mais agudos. De acordo com Sampaio (1991), disseminavam-se três grandes reivindicações a estrutura universitária vigente: suspensão do sistema de cátedras vitalícias; o fim da universidade compartimentalizada e do caráter elitista da Universidade - que continuava atendendo a uma parcela mínima da população, dado o número crescente de estudantes que não conseguiam acessar às instituições.

É neste contexto, que segundo Paviani e Pozenato (1984), o governo realiza uma série de medidas para impedir essas mobilizações - dentre estas, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) em 2 de julho do mesmo ano, que teve como objetivo estudar mais profundamente a Reforma Universitária - visando a sua eficiência, modernização e flexibilidade. O GT, instituído através do decreto de número 62.937, viria a contribuir na elaboração da legislação do ensino superior.

Assim, o projeto de Reforma Universitária foi aprovado pelo Congresso em 28 de novembro de 1968, na Lei 5540, orientado por cinco objetivos: modernização administrativa, renovação do conceito de ensino superior, integração da universidade com a sociedade e redefinição do papel do Estado com relação a universidade.

Nesse sentido, Paviani e Pozenato (1984) referenciando Fernandes (1974) afirmam:

A Reforma Universitária, que só poderia ser concebida em nossa situação histórica-social, como uma imensa obra de reconstrução educacional, foi reduzida a um simples repertório de soluções realistas e de medidas operacionais que permitam racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes mais eficiência e produtividade. (FERNANDES, 1974, p.2-3 *apud* PAVIANI e POZENATO, 1984, p.74)

Segundo os referidos autores, de fato a reforma incorporou parte das reivindicações do Movimento Estudantil, contudo, é difícil avaliar seus resultados

porque muitos dos aspectos alterados pela lei não foram efetivados na prática devido aos hábitos fortemente arraigados na esfera do ensino superior brasileiro.

Os principais aspectos positivos da reforma foram: a caracterização do ensino superior, já não exclusivamente prático-profissional; a vinculação do ensino à pesquisa; a criação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva para o professor e a norma da obrigatoriedade da representação estudantil nos órgãos colegiados da universidade.

Em contrapartida, os autores apontam como aspectos negativos, a não superação do conceito tradicional de universidade como instituição de ensino; a falta de valorização da pesquisa como fonte de criação de conhecimentos científicos e tecnológicos e a restrição excessiva à autonomia universitária, principalmente nos aspectos didáticos.

Sampaio (1991), também disserta sobre as modificações substanciais consagradas pela Reforma de 1968. De acordo com a autora, em síntese, as mudanças foram: extinção da cátedra; departamentalização; implantação do sistema de institutos básicos; organização do currículo nas etapas “básico” e “formação profissionalizante”; inserção do sistema de crédito e da semestralidade; e o duplo sistema de organização: um, vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por um currículo.

Em complemento, Martins (2009) afirma que a reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro, a passo que, de um lado possibilitou ampliação e modernização das universidades federais, e de outro, abriu condições para o surgimento de um ensino privado diferenciado. De acordo com o autor, os efeitos inovadores da reforma universitária foram: a articulação do ensino a pesquisa; introdução do regime departamental; institucionalização da carreira acadêmica e implantação de uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida pelas agências de fomento do governo federal.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Na década de 1970, uma rede institucional de pós-graduação foi gradualmente implementada, viabilizando programas credenciados de treinamento e pesquisa. Além disso, o Ministério de Educação estabeleceu um comitê nacional para credenciamento de programas de pós-graduação vinculados à CAPES que se tornou um sistema bastante eficiente de avaliação pública da educação universitária. Em paralelo, algumas agências de apoio patrocinadas pelo governo federal foram



Em contrapartida, Fernandes (1975) e Martins (2009) argumentam que com o discurso de ser impreterível a expansão do ensino superior, a política educacional adotada incentivou a criação de instituições privadas de caráter profissionalizante e distanciadas da atividade de pesquisa. Estas redes de ensino se diferenciam em termos de natureza e objetivos, do que existia no período precedente a reforma universitária. De acordo com Martins (2009):

Trata-se de outro sistema, estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas para a obtenção de lucro econômico e para o rápido atendimento de demandas do mercado educacional. Esse novo padrão, enquanto tendência, subverteu a concepção de ensino superior ancorada na busca da articulação entre ensino e pesquisa, na preservação da autonomia acadêmica do docente, no compromisso com o interesse público, convertendo sua clientela em consumidores educacionais. (p.17)

Enfim, apesar da reforma universitária não ter atendido a todas as reivindicações do movimento estudantil e ter ocasionado alguns desdobramentos que não foram favoráveis a universidade brasileira, a reforma de 1968 possibilitou importantes avanços no ensino superior do país e que influenciaram determinantemente as décadas seguintes. Assim, o papel da universidade pública brasileira volta a tomar visibilidade novamente a partir da segunda metade da década de 80, no chamado período de redemocratização, conforme o item a seguir.

### **2.3 A universidade a partir da redemocratização do Estado brasileiro**

De acordo com Sampaio (1991), a explosiva demanda por ensino superior nas décadas de 60 e 70, exigiu que as autoridades brasileiras buscassem meios para a ampliação de vagas nas universidades. Para atender as necessidades emergentes o governo militar utilizou de duas estratégias: aumentar o número de vagas no setor público - que até então era responsável por 55,7% das vagas do ensino superior ofertadas no Brasil; e, incentivo para o desenvolvimento do setor privado. (p.18)

O número de vagas inseridas no setor público, contudo, foi insuficiente para atender os excedentes educacionais, abrindo espaço para o rápido crescimento do

---

preparadas para apoiar a recém-nascida rede universitária de laboratórios de pesquisa. Estas agências – sendo a mais proeminente o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) – também concediam bolsas de estudo, treinamento e pesquisa, permitindo a estudantes e pesquisadores levarem a cabo seus projetos, junto com um sistema permanente de avaliação de desempenho. (SANTOS; FILHO, 2008, p.137-138)

segmento privado, que no final da década de 70 passa a liderar o quadro de matrículas do ensino superior, com 63,3% das vagas. (p.18)

De acordo com Chauí (2001), neste período, sobre o pretexto de combater a subversão, as escolas de primeiro e segundo grau foram quase destruídas pela classe dominante, que objetivava sucatear estas escolas, transformando as em instituições alfabetizadoras voltadas apenas a treinar mão de obra barata para o mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo que visava o desmonte do ensino público de educação básica (na época denominada de primeiro e segundo grau), o governo vigente incentivava a expansão de universidades privadas. Assim, ao estudante que conseguisse concluir o primeiro ciclo de estudos, não dispondo de preparo para disputar com as elites o vestibular das universidades públicas, sobraria como alternativa ingressar em uma instituição privada, mediante o pagamento de mensalidade.

De acordo com Chauí (2003) e Santos e Filho (2008), com o início do processo de reabertura democrática do país em 1980, o sistema universitário público brasileiro passou por grandes transformações. Nesta conjuntura, o Brasil vivenciava uma intensa crise econômica e política, que teve efeitos diretos na universidade pública, sobretudo as instituições federais - que enfrentaram “anos de subfinanciamento, caos administrativo, desvalorização social e manifesto em longas, frequentes e frustrantes greves de estudantes, docentes e servidores.” (SANTOS; FILHO,2008, p.138)

De acordo com Corbucci *et al* (2009), com o fim da ditadura militar em 1985, os movimentos sociais, inclusive os da área educacional, passaram a fomentar estudos e discussões sobre a necessidade de uma nova constituição nacional, que contemplasse os avanços promovidos pelo desenvolvimento teórico e conceitual dos últimos anos. Nesse sentido, a Constituinte de 1987-1988 foi instalada em momento de abertura política e grande anseio pelo retorno à normalidade jurídico-institucional, em virtude das duas décadas de ditadura militar.

Segundo os autores, no campo da educação os maiores embates no período da Constituinte ocorreram em razão dos interesses conflitantes entre o setor do ensino privado e os defensores da escola pública, principalmente, no que se referia à destinação dos recursos públicos para a educação. Enquanto os primeiros

defendiam que tais recursos deviam financiar escolas privadas, os segundos se colocavam na defesa de que os recursos públicos deveriam ser exclusivos para o ensino público.

Na defesa de que os recursos públicos deveriam restringir-se a financiar o ensino público, estavam várias entidades que congregavam: professores, pesquisadores, especialistas da educação e estudantes universitários, as quais constituíram o Fórum de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito. Na oposição, encontrava-se o setor privado, em segmento leigo ou confessional, empresarial ou comunitário. (CORBUCCI *et al*, 2009, p.21)

Diante de todas as disputas, o texto aprovado para a Constituição de 1988<sup>12</sup> representou o resultado de uma negociação entre atores com projetos e interesses divergentes para o desenvolvimento da educação nacional. Assim sendo, nem todas as propostas dos defensores da escola pública permaneceram no texto final da Carta Constitucional, mas algumas posições progressistas de valorização da escola e do magistério público foram registradas. Em especial, os autores destacam o estabelecimento da gratuidade do ensino público em todos os níveis e a definição da destinação de recursos para a educação<sup>13</sup> - avanços conquistados mediante a persistência do Fórum na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito, “à atuação de alguns constituintes dedicados à causa e à conjuntura de redemocratização preponderante na sociedade e no Congresso Nacional.”(CORBUCCI *et al*, 2009, p.24)

Já na década de 90, a imposição do modelo neoliberal<sup>14</sup> implicou em uma crescente desvalorização das políticas públicas por parte do Estado, fazendo com

---

<sup>12</sup>Em síntese, de acordo com Corbucci et al (2009): No texto que resultou desse longo processo constituinte, a educação é tema, principalmente, da seção I do capítulo III (da Educação, da Cultura e do Desporto). Esses artigos tratam das finalidades da educação, dos princípios, do dever do Estado e das garantias, das condições impostas ao ensino privado, dos conteúdos mínimos para o ensino fundamental, da organização dos sistemas de ensino, da vinculação de impostos à educação, da destinação de recursos públicos a escolas públicas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, e do Plano Nacional de Educação (PNE) que deveria ser estabelecido pela Lei. (p.24)

<sup>13</sup> Segundo Corbucci et al (2009), a destinação de recursos para a educação foi alvo de longa tramitação no Congresso Nacional nos anos anteriores à Constituinte, sendo que a solução adveio com aprovação da Emenda Calmon/1983,5 que restabeleceu vinculação de impostos federais para o setor educacional. Com o texto constitucional de 1988, ampliou-se alíquota a ser aplicada, passando de 13% para 18%. (p.22).

<sup>14</sup> De acordo com Santos (2009) o Neoliberalismo se originou nos países europeus e teve suas primeiras implementações após a crise dos anos 1970. “Os defensores dessa ideologia acusavam a intervenção estatal como o centro daninho de todo ‘desordenamento’ da funcionalidade da economia; e, por sua vez, imputavam à dinâmica de mercado a posição de mediador potencial das relações econômicas, cujos desdobramentos desencadeariam virtudes sociais. Para isso, torna-se necessário um tipo de Estado que participe o quanto menos não apenas nas transações econômicas, mas também se presume que as políticas sociais se enquadrem na dinâmica empresarial, transmutando-as assim para o setor de serviços.”(SANTOS; 2009, p.2)

que a educação deixasse de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar sob seus moldes.

Santos (2009) e Silva (2001) apontam que com a promessa de transformar o Brasil em um país de primeiro mundo, o Governo do presidente Fernando Collor deu início ao projeto de diminuir a intervenção estatal, que foi intensificado em 1995 com a aprovação do projeto de Reforma do Estado brasileiro pelo primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Encaminhado ao Congresso Nacional em agosto de 1995, o Projeto de Emenda Constitucional nº 173 que versava sobre a Reforma do Estado brasileiro, propõe uma grande mudança nas políticas e nos aparelhos estatais. A defesa ideológica foi implementada pela narrativa de modernizar e racionalizar o Estado, solucionar a crise econômica no país e garantir a possibilidade de inserção do Brasil na economia globalizada.

Para tal, a Reforma apresenta os direitos sociais como privilégios e entraves ao desenvolvimento econômico; adota a flexibilização da legislação trabalhista, promove a privatização das empresas estatais e conseqüentemente atua para a diminuição dos gastos públicos.

Em complemento, Lima (2012) aponta que o projeto neoliberal para a universidade brasileira articula três núcleos básicos:

Em relação ao projeto político pedagógico, operacionaliza a redução de um número significativo de universidades públicas e/ou de unidades de ensino a instituição de ensino de graduação através da quebra da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão. Em relação ao financiamento da política de ensino superior ocorre o estímulo a privatização interna das instituições públicas e o aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como do número de IES privadas. Em relação ao trabalho docente, evidencia-se a sua intensificação, estimulada pelo número de alunos e turmas nas instituições ou unidades de ensino e pela lógica produtivista e da competição pelas verbas de fomentos nas IES e /ou unidades com política de pós-graduação e pesquisa já consolidada. (LIMA, 2012, p.9)

Como consequência dos ideais dessa proposta, Chauí (2003 e 1999) aponta que a educação deixou de ser considerada um direito e passou a ser concebida como uma espécie de serviço não exclusivo do Estado. Isso provocou diretamente a limitação de recursos financeiros de responsabilidade estatal e no aumento do estabelecimento de instituições de ensino superior privadas.

---

Referenciando Shiroma (2004), Santos (2009) argumenta que antes mesmo de entrar em vigor a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN<sup>15</sup> (Lei nº 9394/96 de 1996), o governo do FHC já deixava explícito os rumos destinados à educação superior brasileira, a partir da aprovação de novos aparatos legais que iam ao encontro dos ideais neoliberais. Nessa conjuntura, o Ministério da Educação, visando atender as premissas definidas pela presidência, adotou três eixos objetivos para as universidades: a avaliação, a autonomia e a melhoria do ensino. Definido pelo órgão máximo de gestão da política educacional do país, tais eixos tinham como principal objetivo associar à lógica de funcionamento das universidades, especialmente das públicas, aos valores de eficácia e produtividade.

Nesse sentido, Chauí (1999) aponta que a qualidade dessas instituições, a partir do projeto societário do governo FHC, passa a ser medida a partir de elementos como: quanto se produz, em quanto tempo se produz e qual o custo do que é produzido. O critério de produtividade, fortemente presente na lógica empresarial, passa a ocupar o interior das universidades públicas, fazendo com que a responsabilidade social dessa instituição seja remetida à sua capacidade de produzir conhecimento comercializável.

Se voltarmos aos ideais do movimento da Reforma Universitária na década de 1960 - que como visto anteriormente, teve como principais protagonistas estudantes e docentes, pode-se perceber que uma das mais significativas reivindicações pautadas por este segmento naquele contexto, era a construção de uma Universidade que deixasse de ser uma das peças de sustentação do status quo, para ser um fator impulsionador de transformação social. Para tal, uma das diretrizes da Reforma Universitária reivindicada - como pôde-se ver na

---

<sup>15</sup>Cerqueira, et.al (2009) aponta que a educação sempre foi um campo de disputa política, e que três propostas de texto para a LDBEN (lei nº 9.394/1996) foram apresentadas a Câmara Federal. A primeira delas pelo deputado Octávio Elísio, que propunha a ampliação dos recursos para educação pública, formando a defesa pela escola pública em um modelo democrático, prevendo uma maior abrangência ao sistema público de educação, à regulamentação da educação infantil e avanços curriculares ao ensino médio. Contudo, a referida proposta não agradou a iniciativa privada do setor educacional e alguns parlamentares que faziam frente às aprovações.

A partir da efervescência de debates gerada pela proposta de Elísio, duas novas versões foram criadas, sendo a última, identificada como PLC (Projeto de Lei da Câmara) nº 101 de 1993 que fixa diretrizes e bases da educação nacional - aprovado pelo Senado. O Governo Federal exigiu a aprovação até o final do ano de 1996, assim, em sessão realizada em 17 de dezembro de 1996, foi aprovado na Câmara o relatório contendo o texto final da LDBEN, posteriormente sancionada pela Presidência da República no dia 20, sob o nº 9.394/96.

Carta/Declaração da Bahia<sup>16</sup> – era o Compromisso com a sociedade. Nesta carta, as reivindicações para a Reforma Universitária previam:

- a. Lutar pela reforma e democratização do ensino, dando a todos condição de acesso aos estudos em todos os graus.
- b. Abrir a universidade para o povo, através da criação de cursos acessíveis a todos [...] Promove-los não só nos prédios das escolas, como em favelas circunvizinhas de fábricas e bairros operários.
- c. Colocar as universidades a serviço dos órgãos governamentais, sobretudo do interior dos Estados. Promover, por exemplo, o levantamento topográfico de uma cidade do interior, traçar-lhe uma rede de esgoto, realizar pesquisas demográficas, etc.
- d. Colocar a universidade a serviço das classes desvalidas com a criação de escritórios de assistência judiciária, médica, odontológica, técnica (habitação, saneamento de vilas ou favelas). Que isso não seja realizado de forma paternalista, a título de esmola, concorrendo para atenuar os males sociais e indiretamente solidificando a estrutura iníqua em que vivemos. É preciso, sobretudo, despertar a consciência popular para seus direitos. Entretanto, enquanto se vai lutando, não podemos deixar que pessoas morram ao nosso lado.
- e. Fazer da Universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares, através da atuação política da classe universitária na defesa de reivindicações operárias, participando de gestões junto aos poderes públicos e possibilitando cobertura junto aos movimentos de massa.

Ocorre que com o passar dos anos, as legislações brasileiras que abarcam o âmbito educacional foram reformuladas, contudo, estas se por um lado reafirmam uma educação de qualidade enquanto direito social, de acesso a todo cidadão e voltada aos interesses e necessidades sociais, por outro, explicitam o processo de disputa de interesses presentes nesse campo desde a sua constituição.

Pode-se tomar como referência a Carta Constitucional de 1988, que anuncia a educação como um direito social (artigo 6), apontando a responsabilidade da participação do Estado na garantia desse direito (artigo 205), ao mesmo tempo que, permite que empresas privadas atuem na oferta da educação (artigo 209).

Observa-se que é atribuído ao Estado o compromisso da oferta gratuita e obrigatória do ensino fundamental, prevendo uma progressiva universalização em relação a oferta do ensino médio, contudo, sem nenhuma menção ao ensino superior – enquanto acesso universal. Como pôde-se perceber no artigo 208 da Constituição Federal, o dever do Estado com a Educação se efetiva mediante a garantia de:

- I– Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II–Progressiva universalização do ensino médio gratuito;

---

<sup>16</sup> “A Declaração da Bahia”, foi um documento originado durante o I Seminário Nacional da Reforma Universitária promovido pela UNE, em 1961. Naquele contexto, discutia-se principalmente, sobre o caráter arcaico e elitista das universidades, que atendia um grupo limitado de pessoas e formava profissionais individualistas e sem maior preocupação com os problemas da sociedade.

III—atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;  
IV—Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;  
V—Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;  
VI—Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;  
VII —Atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Decorrente da Constituição (seguindo o ordenamento jurídico educacional), temos a LDBN (Lei 9.394), aprovada em 1996, depois de um longo período de disputas políticas em relação ao seu conteúdo. De acordo com Alves (2011), a referida lei, possui um caráter neoliberal, privatista e quantitativo, que sujeita as instituições de ensino superior a índices de avaliação de desempenho, em troca de investimentos.

Pôde se perceber que tal legislação prevê que o ensino superior brasileiro, seja capaz de edificar conhecimentos com relevância social, e assim como na Carta Constitucional de 1988, indica responsabilidades estatais. Contudo, permeada por ideais neoliberais, reafirma a participação de empresas privadas na oferta da educação superior, fazendo com que o direito a educação, se reduza a um serviço.

Nesse sentido, de acordo com Santos (2015), ao longo dos últimos anos, como resultado da pressão exercida tanto por parte da sociedade, quanto por parte do Estado, a Universidade Pública brasileira vem passando por um grande processo de transformação, a passo que é exigida sua adaptação à realidade atual. Ocorre, porém, a incapacidade dessa instituição de atender aos anseios antagônicos do Estado e da sociedade.

[...]de um lado, tem-se a sociedade, que cada vez mais lhe faz exigências maiores e clama por respostas rápidas aos seus anseios; por outro lado, as políticas de financiamento do Estado se tornam cada vez mais restritas e, por conseguinte, acabam por limitar a atuação da universidade, dificultando que a sua atenção se volte para a sociedade. (SANTOS, 2015, p.15)

Ainda segundo a autora, devido ao corte no investimento do Estado na universidade pública, houve um grande aumento nas parcerias entre universidade e indústria, a fim de viabilizar recursos para garantir a manutenção da autonomia da instituição. Contudo, como consequência, o conhecimento passou a ser produzido de forma capitalizada, ou seja, “houve a mercantilização da produção de conhecimento, com o intuito de produzir valor de mercado.” (SANTOS, 2015, p.15)

Nesse sentido, compreende-se que mais do que nunca, é necessário exigir do Estado que a educação seja compreendida como investimento social e político, não como um gasto público, o que segundo Chauí (2003) só será possível quando a educação for efetivamente considerada um direito e não um privilégio e/ou serviço.

Em complemento, Santos (2015) aponta que a Universidade não deve valorizar apenas os conhecimentos que possuem valor de mercado, mas deve, primordialmente, incentivar as ciências humanas e sociais, a produção de conhecimentos que não criam valores externos de comércio, mas sim saberes com valores internos.

Nessa perspectiva, se faz necessário que a produção de conhecimento científico esteja diretamente voltada para a sociedade e busque respostas para as problemáticas enfrentadas, articulando os interesses científicos dos pesquisadores com os interesses sociais.

Ao encontro das ideias de Santos (2015), Nunes (2011) e Scheidemantel *et al* (2004), apontam que o conhecimento gerado pela universidade deve necessariamente possuir intenções de transformar a realidade social, e para tanto, esta “deve ser mais do que um laboratório, objeto de estudo ou campo de pesquisas, mas também uma instituição com pessoas, demandas, reivindicações, anseios e saberes que se encontram dentro e fora da universidade. ” (NUNES, 2011, p.123)

Nesse sentido, Scheidemantel *et al* (2004) aponta que a Extensão Universitária desempenha um importante papel no cumprimento do papel social da universidade, a passo que é através dessa prática acadêmica, que a Universidade interliga as suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da sociedade. Assim, a extensão constitui-se enquanto um instrumento que pode auxiliar as práticas universitárias a se manterem próximas a realidade social, contribuindo para a busca de alternativas a problemas de interesse coletivo, e na formulação de políticas públicas.

Diante do exposto, veremos no próximo tópico como se deu o processo de construção da extensão universitária no contexto brasileiro, abordando os importantes marcos para a institucionalização dessa prática enquanto atividade obrigatória da Universidade Pública brasileira, as mudanças na compreensão de extensão universitária ao longo da história, e a contribuição desta para o



cumprimento do papel social assumido pelas universidades públicas brasileiras nas últimas décadas.

#### **2.4. Extensão universitária: da construção de seu conceito à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**

As primeiras experiências de extensão universitária no Brasil, de acordo com Nogueira (2005), Paula (2013) e Sousa (1995), ocorreram após 1911, em instituições de ensino superior (IES) localizadas nos estados de São Paulo<sup>17</sup> e Minas Gerais<sup>18</sup>, respectivamente. Inspiradas pelo modelo de extensão europeu e norte-americano, algumas instituições do país passaram a desenvolver, de maneira isolada, atividades abertas à comunidade. Contudo, não houve nesse momento, qualquer iniciativa de conceituar e institucionalizar essa prática.

No âmbito legal, a extensão passa a ser reconhecida somente a partir do Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931, que institui o primeiro “Estatuto das Universidades Brasileiras”. Este documento, no entanto, apesar de citar as ações extensionistas como parte integrante da vida social das IES, segundo as referidas autoras, apenas legitimou o modelo importado e desenvolvido no país desde 1911.

De acordo com o artigo 109 do referido Estatuto, a extensão universitária constituía-se na difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo (BRASIL,1931). Para este fim, caberia as universidades disponibilizar cursos intra e extra institucionais, conferências e serviços à comunidade, ficando a critério de escolha do conselho universitário a forma mais conveniente para executar a extensão.

Nessa perspectiva, Costa, Campos e Grinspun (2009), apontam que a extensão objetivava apenas ser um meio de repassar conhecimentos a sociedade, sem a preocupação de construir junto dela proposições conjuntas para a superação dos problemas enfrentados. De acordo com as autoras:

---

<sup>17</sup>Segundo Sousa (1995, p. 140-141) a Universidade Popular da Universidade Livre de São Paulo, fundada por inspiração do movimento positivista, ministrou no período de dezembro de 1911 a junho de 1917, cursos de curta duração para as classes populares. Esta constitui-se como a primeira experiência de extensão universitária realizada por uma IES.

<sup>18</sup> A Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, Minas Gerais, importou o modelo norte americano de extensão cooperativa. Ao seguir este modelo, atuava na linha de prestação de serviços ao meio rural, em programas de assistência técnica aos agricultores, programas de economia doméstica e de organização da juventude. A extensão era realizada através de cursos por correspondência, cursos noturnos e cursos para a preparação de professores.

Se concebia que as atividades de extensão eram um mero canal de transmissão para a sociedade do resultado do ensino e da pesquisa de forma isolada. A prestação de serviços e os cursos continuam a ser o viés de interligação, não há uma interação em que os saberes se articulem da sociedade para a universidade e vice-versa, a sociedade é tida como passiva e receptora. Nesta perspectiva não se insere qualquer pensamento de cultura como articuladora do pensamento, mas a cultura como sendo aquela produzida pelos “acadêmicos” e que deveria ser levada ao interior por meio de ações extensionistas. (COSTA, CAMPOS, GRINSPUN,2009, p.355)

Nos anos de 1940 e 1950, prevaleceu a concepção de extensão proposta na década de 30. Segundo Sousa (1995), neste período o envolvimento das IES com a prática extensionista se dá de forma amena, pontual e desarticulada, visando apenas atender aquilo que era sugerido pelo Estatuto das Universidades Brasileiras (1931). A extensão promovida pelas IES, neste momento, era representada por cursos e conferências que ocorriam esporadicamente, “não parecendo haver, por parte das instituições, uma preocupação com a formulação de um caminho próprio para a extensão.” (SOUSA,1995, p.145)

A década de 60, como vimos anteriormente, foi um período de grande efervescência política no cenário brasileiro, marcado pela organização de docentes e discentes junto dos movimentos populares e pelas reformas de base. Sousa (1995) afirma que neste contexto, a extensão volta a ser pautada nos discursos oficiais sob a influência da UNE. A frente do movimento pela reforma universitária e o movimento estudantil já reivindicavam que a extensão fizesse parte do papel social das universidades, sendo indicada também como importante instrumento de interlocução entre estas instituições e a população.

Neste período, foram instituídas duas legislações importantes para a historiografia da educação do país: a lei 4.024 de 1961, que definiu as primeiras Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e a lei 5.540 de 1968 (referenciada anteriormente) que fixavam as normas da organização e funcionamento do ensino superior. Contudo, Sousa (1995) afirma que apesar de ambas citarem a extensão enquanto prática universitária, o fazem de forma superficial, sem avançar no conceito e encaminhamentos a respeito de sua execução.

Segundo a autora, tanto a LDBEN, quanto a Lei de Reforma Universitária, continuou a vincular a prática extensionista a prestação de serviços. A única diferença entre estas foi que enquanto a primeira apenas reafirmou a extensão como uma das atividades que poderiam ser desenvolvidas pelas IES, conforme já

sinalizava o Estatuto de 1931; a segunda, instituiu a extensão como atividade obrigatória das IES. De acordo com o art. 40 da Lei de Reforma Universitária (BRASIL, 1968), é papel das IES proporcionar aos estudantes oportunidades de participar de programas de melhoria das condições de vida da comunidade e do processo geral do seu desenvolvimento, por meio de atividades de extensão.

A respeito da lei 5.540/68 promulgada pelo governo militar, Sousa (1995) problematiza que mesmo contemplando alguns dos pleitos do movimento estudantil, esta os descaracterizou do seu sentido original:

Com esta lei o governo militar maquia suas intenções com sutis contemplações aos direitos reivindicados pelos estudantes. A extensão passa a ser tratada como mais uma função da universidade. Reafirmava-se a participação discente no processo do desenvolvimento do país, de certa forma devolvendo-lhe o desafio lançado pelos próprios discentes de se ter uma universidade agente de transformação social. (SOUSA, 1995, p.82-83)

No entanto, mesmo com a promulgação da reforma universitária, a autora afirma que não houve significativas alterações na prática da extensão. Isto porque, a obrigatoriedade firmada pela lei não trouxe nenhum acréscimo ou mudança sobre a forma como as atividades eram desenvolvidas. O que ocorreu foi que as ações extensionistas já existentes assumiram um caráter mais sistemático e regular a partir do advento da reforma.

Para Nogueira (2005) e Sousa (1995), as mudanças mais expressivas na história da extensão universitária só irão ocorrer a partir da década de 80, período marcado pela redemocratização do Estado e da sociedade brasileira. Após a ruptura do regime militar em 1979, começaram a surgir manifestações da sociedade civil que, de forma organizada, se engajou num amplo movimento de participação política.<sup>19</sup>

No âmbito das universidades, Nogueira (2013), Sousa (1995) e Paula (2013) sinalizam que este foi um momento de intensas reflexões e debates a respeito da autonomia universitária e o compromisso social da universidade com a população. No bojo dessas discussões, as autoras evidenciam a criação do Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em

---

<sup>19</sup> Destaca-se, neste contexto, a criação da Associação de Docentes de Ensino Superior (Andes), em 1981 e o reestabelecimento da legalidade da UNE em 1985. Com a instauração da ditadura militar o governo tentou desarticular o Movimento Estudantil, uma vez que, durante a ditadura, este se posicionou ao lado da classe trabalhadora. Neste período a UNE teve seu prédio incendiado e seus documentos destruídos, foi cassada e como consequência passou a existir na clandestinidade. Ver Sousa 1995, p.80-82.

1987<sup>20</sup>, como um divisor de águas na construção da política de extensão que vigora até os dias de hoje.

Segundo elas, este Fórum surgiu como desdobramento de um encontro entre pró-reitores de universidades brasileiras, que após serem procurados por pessoas ligadas ao movimento docente, organizaram um evento fechado para discutir questões referentes a sistematização da extensão e a inserção dessa prática nas IES. Ao final deste encontro ficou definido a criação do FORPROEX, que tem como proposição a realização de Encontros anuais, com a finalidade de aprofundar as discussões (já iniciadas), sobre três questões básicas e urgentes a respeito da extensão universitária: sua conceptualização, institucionalização e financiamento.

No interior desse movimento é que passa a ser delimitada uma nova concepção de extensão, que convoca a universidade a aprofundar seu papel como instituição comprometida com a realidade social. De acordo com o documento final do “I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras”, a extensão passa a ser compreendida como:

“Um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração das práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.” (FORPROEX, 1987)

Segundo Paula (2013), a extensão passa a ser compreendida como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade. Nesse sentido, a extensão universitária deve contribuir para aproximar a produção de conhecimento de seus efetivos destinatários, “cuidando de corrigir, nesse processo, as interdições que fazem com que seja assimétrica e desigual a apropriação social do conhecimento, das ciências, das tecnologias.” (PAULA,2013, p.6).

Diante dessa nova visão de extensão, segundo Jezine (2004), a prática extensionista deixa de ser concebida como aquela atividade a ser realizada apenas

---

<sup>20</sup> Sousa (1995, p.158-190) contextualiza o surgimento do FORPROEX e traz detalhes e reflexões importantes sobre as temáticas discutidas durante os encontros anuais do Fórum no período de 1987 a 1994.

nas sobras de tempo disponível, para ser uma prática de igual importância as outras já desenvolvidas e valorizadas pela universidade brasileira; ou seja, ensino e pesquisa.

Em 1988, momento em que o país vivencia a implantação de uma nova Constituição Federal (CF), as definições pactuadas pelo FORPROEX, ecoam positivamente no processo de discussão do papel assumido pela universidade brasileira. A nova CF (BRASIL, 1988) firma em sua narrativa a extensão universitária como prática obrigatória das universidades públicas, e institui em seu capítulo III, artigo 207, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao apontar que: as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Em decorrência das mudanças ocorridas no marco normativo constitucional (1988) houve a necessidade de alteração da legislação infraconstitucional praticamente em todas as áreas. No caso da educação ocorreu a elaboração e aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996, que registra em seu capítulo IV, artigo 43, as finalidades do ensino superior. De acordo com o referido artigo, o ensino superior tem por finalidade:

IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação.

VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996)

Referente ao princípio de indissociabilidade adotado pela CF, autores como Gonçalves (2015), Correa (2003) e Jezine (2004) fazem algumas colocações. De acordo com Gonçalves (2015), o conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, “o todo deixa de ser todo quando se dissocia” (GONÇALVES, 2015, p.1231 *apud* TAUCHEN, 2009, p. 93). Este princípio, segundo a autora, pode ser compreendido como uma resposta as demandas sociais por uma Universidade que dialogue de forma efetiva com a sociedade brasileira, e defenda uma formação e produção de conhecimento que esteja em diálogo com necessidades sociais apresentadas.

Em complemento, Correa (2003) aponta que a perspectiva de indissociabilidade, compreende a extensão universitária como um processo acadêmico, que para adquirir maior efetividade, precisa estar vinculado ao processo de formação e de geração de conhecimento. Ou seja, “a participação do estudante nas atividades de extensão é mandatória, parte essencial de uma formação técnica e cidadã. Da mesma forma, são indissociáveis da extensão a investigação e difusão de novos conhecimentos e o avanço conceitual.” (CORREA,2003, p.14)

Diante disso, Jezine (2004) aponta que ao conceber o princípio da integração entre ensino-pesquisa-extensão, a universidade é cobrada a assumir uma nova postura de intervenção na realidade. O conhecimento deve deixar de ser transmitido de maneira unilateral da universidade para a sociedade, e passar a ser construído coletivamente, a partir da troca entre ambos os atores:

Há uma preocupação em escutar as expectativas produzidas pela sociedade, bem como em valorizar o contexto em que as atividades se inserem, na busca de uma relação de reciprocidade, mutuamente transformadora, em que o saber científico possa se associar ao saber popular, a teoria à prática em um constante movimento dialético permeado pela realidade social e a experiência do pensar e fazer. (JEZINE,2004, p. 3)

Seguindo os princípios registrados na Constituição Federal – CF (1988) e na LDBEN (Lei nº 9394/96 de 1996), a Política Nacional de Extensão Universitária - PNEU (FORPROEX, 2012) reafirma a importância da extensão no cumprimento da função social das universidades públicas. Este documento aponta a mesma como um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (BRASIL,2012, p.28).

A referida Política (2012) estabelece cinco diretrizes orientadoras para a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária: 1.Interação Dialógica; 2. Interdisciplinariedade e interprofissionalidade; 3.Indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão; 4. Impacto na Formação do Estudante e 5. Impacto e Transformação Social.

Como “Interação Dialógica” prevê que a relação entre Universidade e sociedade seja efetivada por meio da troca de saberes entre os diferentes atores sociais. Se constitui no desenvolvimento de um saber conjunto, a partir de uma participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Saber este que busque contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, ética e

democrática. (BRASIL,2012). Nesse sentido, compreende-se que a sociedade possui conhecimentos tão importantes quanto aqueles advindos da academia. Essa perspectiva busca superar a narrativa pretenciosa de que a universidade deve “repassar seus aprendizados à comunidade”, sem conhecer os saberes produzidos por essa última.

A diretriz da “Interdisciplinabilidade e interprofissionalidade”, de acordo com a PNEU (FORPROEX, 2012), constituiu-se na indispensável interação entre as diferentes áreas do conhecimento, de forma a superar as visões generalistas (que se fundamentam em meras abstrações) e especializadas (fundamentadas em particularidades muito específicas, que normalmente consistem em fragmentos) acerca da complexa realidade social. Nessa perspectiva, esta interlocução é importante para imprimir consistência teórica e operacional às ações. (BRASIL,2012, p.17)

A diretriz da “Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, as ações de extensão não podem estar desvinculadas do processo de formação e da geração de conhecimento.

De acordo com a PNEU (FORPROEX,2012), a indissociabilidade entre extensão e ensino, propõe um conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da academia. Nessa perspectiva, integra-se a comunidade na relação que tradicionalmente era de professor-aluno. Assim tanto os discentes, quanto docentes, técnicos administrativos, e a comunidade - sujeitos envolvidos com a prática de extensão - passam a ser protagonistas de uma formação profissional técnica e cidadã.

Ainda de acordo com esta Política, a relação entre extensão e pesquisa, acontece por meio de práticas extensionistas voltadas a produção de conhecimento utilizando-se de metodologias participativas, no formato pesquisa-ação, que priorizam métodos de análise inovadores e a participação e o diálogo com a comunidade.

Correa (2003), complementa, afirmando que “essa relação pode instrumentalizar avanços nas práticas sociais, culturais e tecnológicas e a difusão do conhecimento gerado deverá creditar eticamente todos os envolvidos, inclusive a comunidade” (CORREA,2003, p.4). Nesse sentido, a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-

extensão é entendida enquanto o pilar que alicerça a formação humana/profissional, bem como a interação universidade e sociedade, no cumprimento da função social da universidade<sup>21</sup>.

Em complemento, Moita e Andrade (2009), afirmam que importância da relação de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se justifica, pois:

Se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. (MOITA e ANDRADE, 2009, p.269)

Referente a diretriz de “impacto na formação do estudante”, a PNEU aponta que a extensão universitária é de extrema importância uma vez que possibilita ao discente o contato direto com questões da realidade concreta da vida social. Assim, por meio dessa prática, é oportunizado ao estudante experiências que contribuem para aprimorar seus conhecimentos, fundamentado teórica e metodologicamente, “ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira. ” (FORPROEX, 2012, p.19)

---

<sup>21</sup>Na perspectiva de fortalecer e ampliar essa indissociabilidade o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei 13.005/2014) quando se refere à Educação Superior e seu papel social, dentre as mais diferentes estratégias apresentadas indicou na Meta 12.7 a proposta da integralização de, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, através de programas e projetos de Extensão em áreas de pertinência social. Esse processo foi denominado de “Curricularização da Extensão” onde as instituições estão sendo desafiadas a repensarem suas concepções e práticas extensionistas, historicamente assistencialistas e ou mercantilistas. Segundo a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação, que “Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201” em seu artigo Art. 3º *A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.* Segundo a referida resolução as instituições de ensino superior terão o prazo de até 3 (três) anos, a contar da data de sua homologação, para a implantação do disposto nestas Diretrizes (Art. 19). Assim, o referido processo encontra-se em diferentes estágios de implantação, a depender de cada instituição. No caso da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) – Universidade referência desse estudo, a referida proposta está ainda em fase de discussão e elaboração.



A última diretriz indica a extensão como uma possibilidade prática de proporcionar “Impacto e Transformação Social”, uma vez que, por meio de uma relação dialógica com a sociedade, esta pode atuar de forma transformadora, “voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas.” (FORPROEX,2012, p.20)

De acordo com a PNEU (FORPROEX,2012), no início da década de 2000, a Extensão Universitária já havia adquirido significativa densidade institucional. Nesse momento, a concepção de extensão, enquanto mero processo de difusão de conhecimentos acadêmicos e prestação de serviços, estava superada. Segundo a referida Política:

A Extensão Universitária tornou-se o instrumento de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública. (FORPROEX,2012, p.9)

Nessa mesma perspectiva, de acordo com Paula (2013), a universidade estabelece como compromisso o diálogo com a sociedade, reconhecendo-a como portadora de valores e culturas tão legítimos quanto aqueles derivados do saber acadêmico. Assim, segundo o autor, a extensão se constitui enquanto uma importante fonte do diálogo entre a universidade e a sociedade por intermédio de ações que, intrinsecamente vinculadas com o ensino e a pesquisa, refletem de forma direta na construção de conhecimentos que impactam diretamente na realidade social.

Nesse sentido, cabe a extensão universitária “promover a interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação humana.” (PAULA,2013, p.20). Para tal, a universidade deve se comprometer com práticas que potencializem efetivas trocas entre universidade-comunidade.

Diante do exposto, pôde se perceber que houve um avanço da Extensão no nível legal referente a institucionalização desta prática, marcados principalmente, pelo preceito constitucional de indissociabilidade entre o Ensino, Pesquisa e Extensão, a importância conferida pela LDBEN às atividades extensionistas e a

construção de documentos que apontam diretrizes a esta prática – como é o caso da PNEU (FORPROEX, 2012).

Além disso, não se pode negar que houve um avanço na construção teórica sobre a extensão, contudo, veremos a seguir se estes avanços têm sido suficientes para provocar alterações nas práticas existentes, tomando como referência, o contexto da Universidade Federal de Santa Catarina, onde foi realizado este estudo.

### **3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA E OS SERVIÇOS DE EXTENSÃO OFERTADOS A COMUNIDADE**

Esta segunda seção será dividida em duas partes. Na primeira, abordaremos a extensão universitária no âmbito da UFSC, apontando a compreensão de extensão adotada pela referida universidade a partir da narrativa de seus documentos e normativas institucionais. Para tal, iremos situar o que documentos como o Regimento Interno (UFSC,1982), a Resolução Normativa nº88/2016/CUn, de 25 de outubro de 2016 (UFSC,2016), a Carta de Serviços ao Cidadão (UFSC,2018a) e a Cartilha de Perguntas e Respostas Frequentes (UFSC,2018b) apontam sobre o compromisso assumido pela UFSC através de sua prática extensionista.

Na segunda, falaremos sobre a experiência de estágio em uma comunidade localizada nas proximidades da UFSC - contexto desencadeador da proposta do Projeto de Intervenção (P.I) que posteriormente instigou o desenvolvimento deste estudo. Neste ponto, será discorrido sobre como se deu o processo de coletas de dados, além de trazer os resultados empíricos e reflexões acerca do caráter dos serviços de extensão ofertados pela UFSC.

#### **3.1 A extensão universitária no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**

A Universidade Federal de Santa Catarina a UFSC - autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação (Lei nº 3.849 de 18 de dezembro de 1960 – Decreto nº 64.824 de 15 de julho de 1969) - é uma universidade pública e gratuita, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, localizado na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Fundada em 18 de dezembro de 1960 com o objetivo de promover o ensino, a pesquisa e a extensão, a missão institucional da referida universidade constitui em:

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida. (UFSC, 2019)

No que se refere especificamente à estrutura institucional, somente em 2012 ocorreu a criação de uma Pró-Reitoria específica para os assuntos da extensão universitária. Até então na estrutura institucional estava contemplada pesquisa e extensão em uma única instância, ou seja, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE). Segundo informações contidas no site institucional a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) foi criada com a finalidade articular e apoiar a execução da política de extensão da UFSC - seja através de ações específicas dos departamentos de ensino, seja através de ações institucionais, buscando uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na universidade.

De acordo com a página oficial (online) da PROEX, enquanto universidade pública, a UFSC toma como referência de extensão universitária o ideal explicitado na PNEU (FORPROEX, 2012). O referido documento, construído no âmbito do FORPROEX, sistematiza conceito, princípios, diretrizes e objetivos da extensão universitária - conforme abordado na seção anterior.

Amparada nesta Política, a narrativa dos documentos e legislações normativas da referida universidade, compreendem a extensão sob o princípio da indissociabilidade<sup>22</sup>, enquanto “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade ” (UFSC, 2016, p.2)

No que tange a documentos institucionais de caráter normativo que discorrem ou apontam questões significativas sobre a prática da extensão na instância da UFSC, destaca-se dois documentos: o Regimento Interno (UFSC,1982) e a Resolução Normativa n°88/2016/CUn, de 25 de outubro de 2016 (UFSC,2016).

O primeiro, registra as disposições acerca de diversos assuntos que envolvem a referida universidade, dentre estes, sua prática extensionista. Na Seção V deste documento a UFSC reafirma o compromisso com as atividades de ensino, pesquisa e extensão:

Art. 51. Além das atividades de ensino e pesquisa que, indiretamente, levam a Universidade ao meio, promover-se-á a extensão direta dessas funções com o objetivo de Comunidade.

Art. 52. A extensão poderá alcançar o âmbito de toda a coletividade ou dirigir-se a pessoas e instituições públicas ou privadas, abrangendo cursos, estágios e serviços que serão realizados conforme plano e normas específicas.

---

<sup>22</sup>Refere-se ao princípio constitucional que define a extensão enquanto prática acadêmica a ser desenvolvida de forma indissociável do Ensino e da Pesquisa.

§ 1º Os Cursos de Extensão serão oferecidos ao público em geral, com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, conforme o conteúdo e o sentido que tenham.

§ 2º Os estágios sob a forma de extensão caracterizam-se pelo desempenho da atividade prática demandada por universitários, no intuito de aplicarem a teoria assimilada em seus respectivos cursos.

§ 3º Os serviços de extensão serão prestados sob a forma de atendimento de consultas, realização de estudos, elaboração e orientação de projetos em matéria científica, técnica e educacional, bem como de participação em iniciativas de natureza científica, artística e cultural.

Art. 53. Os cursos, estágios e serviços de extensão serão planejados e executados por iniciativa da Universidade ou por solicitação do interessado, podendo ou não ser remunerados, conforme as suas características e objetivos.

No que se refere ao estabelecimento de diretrizes, organização, orientação procedimentais das ações de extensão, as mesmas são regidas atualmente pela Resolução Normativa nº88/2016/CUn(UFSC,2016). Esta dispõe sobre as normas que regulamentam a prática de extensão na UFSC. Segundo a referida Resolução, em seu art. 2º, as ações de extensão universitária desenvolvidas pela instituição visam:

- I – Estimular e potencializar as relações de intercâmbio entre a Universidade e a sociedade em relação aos objetivos da instituição;
- II – Propiciar mecanismos para que a sociedade utilize o conhecimento existente na realização de suas atividades;
- III – Facilitar e melhorar a articulação e a operacionalização do conhecimento advindo do ensino e da pesquisa para a sociedade;
- IV – Preservar o conhecimento produzido pela interação da Universidade com a sociedade;

Nesse sentido, pôde se perceber que nos documentos institucionais a UFSC referencia a prática extensionista que busca realizar uma efetiva interação entre universidade e comunidade, permitindo o envolvimento de estudantes e profissionais de diferentes áreas com a realidade social, com a finalidade de construir importantes aberturas para a troca de saberes entre UFSC/comunidade e democratização do conhecimento produzido.

Ainda de acordo com a referida Resolução, a extensão universitária pode ser realizada por meio de ações como: Programa de extensão, Projeto de extensão, Curso de extensão, Evento de extensão, e Prestação de serviço. Estas modalidades são caracterizadas conforme Artigo 3º:

- I – Programa de extensão, é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, tais como cursos, eventos, prestação de serviços e publicações, preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino, tendo caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, e sendo executado a médio e longo prazo;

II – Projeto de extensão, é um conjunto de ações de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser isolado ou vinculado a um programa;

III – Curso de extensão, é uma ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, com participação de forma presencial, semipresencial ou a distância, com planejamento, organização e critérios de avaliação definidos;

IV – Evento de extensão, consiste em ação que implica na apresentação, disseminação e/ou exibição pública, livre ou com público específico do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico ou tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade;

V – Prestação de serviço, consiste em realização de trabalho oferecido pela Universidade ou solicitado por terceiros, na forma de assessorias, consultorias e perícias.(UFSC,2016)

Além dos documentos normativos acima citados, a Pró-reitoria de Extensão possui dois documentos informativos disponíveis de forma online e impressa. O primeiro consiste na “Carta de Serviços ao Cidadão”<sup>23</sup> (PROEX,2018) e a “Cartilha de Perguntas e Respostas Frequentes”<sup>24</sup> (PROEX, 2018), ambos reafirmam o compromisso assumido pela UFSC a partir das práticas extensionistas, explicitando que cabe as atividades de extensão possibilitar que o conhecimento produzido no âmbito da instituição seja estendido à comunidade externa.

Tais documentos sinalizam também, que a extensão tem o importante papel de instrumento mediador entre universidade e comunidade. Estes incentivam o diálogo e a troca de saberes entre a academia e diferentes setores da sociedade por meio do ensino e da pesquisa, de forma que a universidade possa cumprir a sua missão. (PROEX, 2018, p.13)

Nesse sentido, compreende-se que a perspectiva adotada pela narrativa institucional, a prática da extensão deve fomentar o diálogo entre a universidade e a comunidade, superando contudo, o enfoque eminentemente centrado na difusão de saberes acadêmicos. Ou seja:

A extensão leva o conhecimento produzido na universidade para a comunidade externa; esta o absorve, trabalha, critica e o devolve sob a forma de novos saberes e demandas. Assim, a universidade, por meio da extensão, trabalha com as necessidades e realidades sociais e, além de

---

<sup>23</sup> Este é um documento institucional de caráter informativo elaborado pela PROEX, que traz um apanhado de informações (endereço, telefone, horário de atendimento, site e etc) sobre as práticas extensionistas realizadas pela UFSC, com ênfase nos serviços. Este material está dividido em três categorias: ensino, extensão e outros serviços. Documento disponível no link - <<http://cartadeservicos.ufsc.br/>>

<sup>24</sup> Esta cartilha elaborada pela PROEX, possui o conteúdo voltado aos estudantes, técnicos e docentes da UFSC. O referido material tem como proposta sanar eventuais dúvidas desse público a respeito dos trâmites administrativos relativos a situações vividas na esfera da Extensão dentro da UFSC. Documento disponível no Link <[http://proex.ufsc.br/files/2018/10/CARTILHA-PERGUNTAS-PROEX\\_web.pdf](http://proex.ufsc.br/files/2018/10/CARTILHA-PERGUNTAS-PROEX_web.pdf)>

gerar o novo conhecimento, atende às suas reivindicações. (PROEX,2018, p.18-19)

Referente a dinâmica de organização e questões estruturais de funcionamento das práticas de extensão da UFSC, a Resolução Normativa nº88/2016/CUn(UFSC,2016) sinaliza que cada unidade universitária dispõe de um coordenador-geral de extensão e um subcoordenador de extensão – conforme exposto no artigo 15. Da mesma forma, cada Departamento de curso, possui um coordenador de extensão - artigo 18.

Cabe pontuar também, que as ações de extensão podem ser organizadas de forma coletiva (constituindo-se em programas ou projetos interdepartamentais ou ainda intercentros) ou de forma isolada, ou seja, o professor (coordenador da ação) interessado em desenvolver alguma prática de extensão, apresenta seu projeto via sistema (atualmente o SIGPEX).O Coordenador de Extensão (da unidade correspondente) analisa a ação proposta e leva para aprovação no Colegiado do Departamento. De acordo com a Cartilha de Perguntas e Respostas Frequentes:

Na sequência, o coordenador da ação realiza a ação de extensão. Depois, ocorre a finalização da ação, e o preenchimento do Relatório Final (o preenchimento de todos os campos solicitados no SIGPEX é obrigatório, além de anexação dos comprovantes obrigatórios da ação). Por fim, o Coordenador de Extensão analisa o Relatório Final, aprova e encaminha para aprovação no Colegiado do Departamento. Neste momento, o coordenador da ação pode emitir os certificados relativos à ação.(PROEX, 2018, p.17)

Dessa forma, pode-se perceber que no âmbito da UFSC em relação a extensão universitária poderemos nos deparar com um universo amplo de caracterização e/ou possibilidades de desenvolvimento de ações de extensão. Algumas delas sendo de caráter mais coletivos – envolvendo um número significativo de sujeitos, outras ainda de caráter individual ou envolvendo um menor número de sujeitos.

Salienta-se que para o referido estudo, dado os objetivos do presente trabalho, tomou-se como referência aqueles serviços previstos no âmbito do inciso V do Artigo 3º da Resolução Normativa nº88/2016/CUn (UFSC, 2016), ou seja, “Prestação de serviço, consiste em realização de trabalho oferecido pela Universidade [...]”, ofertados nas áreas da saúde, ciências sociais aplicadas e ciências humanas, abertos a comunidade, conforme será detalhado nos itens que seguem.

### 3.2 O estágio curricular obrigatório de Serviço Social na Associação Casa São José (CSJ): contexto desencadeador do projeto de intervenção

A Associação Casa São José (CSJ) é uma Organização da Sociedade Civil<sup>25</sup> que atua no âmbito da política de Assistência Social, na oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)<sup>26</sup>, voltado para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade, residentes da comunidade Serrinha.

Localizada no município de Florianópolis, nas proximidades da UFSC, a Serrinha é um território composto, principalmente, por famílias com baixo nível de escolaridade e que dificilmente são absorvidas pelo mercado formal de trabalho. Com baixa remuneração e sem outra alternativa de renda, buscam muitas vezes atender suas necessidades, sobretudo as de moradia, instalando-se em habitações insalubres, e recorrentemente, em regiões de risco.<sup>27</sup>

Destaca-se então, que se trata de uma localidade onde se manifestam diversas expressões da questão social<sup>28</sup>, sob as quais, segundo Iamamoto (1997 e 1998), atuam os assistentes sociais.

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. (IAMAMOTO, 1997, p. 14)

As expressões da questão social particularizadas nas demandas apresentadas ao Serviço Social da CSJ durante o período de estágio, foram, em sua maioria, o desemprego, a baixa renda, problemas de habitação, privação do acesso

---

<sup>25</sup> Organizações da Sociedade Civil (OSC) são entidades de direito privado e fins públicos. Ver Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

<sup>26</sup> De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o SCFV tem como objetivo viabilizar trocas culturais e de vivência entre pessoas, fortalecendo os vínculos familiares e sociais, incentivando a participação social, o convívio familiar e comunitário e trabalhando o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade. Nesse sentido, o referido serviço deve se constituir em um espaço de convivência, que atue na formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. Ver BRASIL, 2009, p.16

<sup>27</sup> Informações retiradas dos registros do Serviço Social da CSJ, do Projeto Político Pedagógico da referida instituição, bem como, da observação e registros dos atendimentos do Serviço Social realizados durante o período de estágio.

<sup>28</sup> Segundo Iamamoto (1998, p.27) "A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade".



à informação, dificuldade de acesso a saúde e a educação, e a manifestação de diversas formas de violência.

Durante o período de estágio, que ocorreu entre os semestres 2017.2 e 2018.2, observou-se no cotidiano da prática profissional da assistente social, que diversas demandas emergentes poderiam ter como uma possibilidade de atendimento o acesso da comunidade a serviços de extensão ofertados pela UFSC. Contudo, apesar da proximidade geográfica, muitos moradores sequer tinham conhecimento da existência desses serviços, e os que tinham, em sua maioria não acessavam, pois não possuíam informações sobre como fazer.

Percebeu-se também, ao longo do processo de estágio, que além da frequente reação que evidenciava surpresa ao saber da existência desses serviços, havia também, na fala de muitos moradores, um sentimento de despertamento e até mesmo desconforto, em relação ao ambiente universitário - fato este que chamou a atenção e despertou questionamentos sobre a forma como tem se efetivado a comunicação entre universidade e comunidade.

Dito isto, cabe destacar que no desenvolvimento do segundo semestre de estágio, como proposta da disciplina de Supervisão de Estágio Obrigatório em Serviço Social II, do curso de Serviço Social da UFSC, o estagiário tem a atribuição de elaborar e executar um projeto que visasse criar alternativas para o enfrentamento de uma situação-problema delimitada a partir da experiência no contexto do respectivo campo de estágio.

Dessa forma, a partir da observação da questão acima explicitada, delimitou-se o Projeto de Intervenção (P.I) denominado "Ocupando Espaços: Aproximação da Casa São José e da Comunidade Serrinha com os Serviços de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina" (apêndice 01). O mesmo teve por objetivo geral: Impulsionar o acesso da comunidade da Serrinha com os serviços de extensão da UFSC, e como objetivos específicos: 1. Levantar os serviços oferecidos pela extensão universitária da UFSC à comunidade; 2. Identificar quais desses serviços poderiam contribuir para o atendimento das áreas de necessidade e interesse da comunidade da Serrinha; 3. Possibilitar o contato entre a CSJ e os serviços de extensão da UFSC; e 4. Disseminar informações sobre os serviços de extensão da UFSC para a comunidade da Serrinha.

Para atingir os objetivos propostos, a metodologia do P.I inicialmente contou com sete etapas, organizadas da seguinte forma:

1. Levantamento online dos serviços de extensão ofertados pela UFSC através do Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão (SIGPEX);
2. Participação da associação de moradores da Serrinha na escolha dos serviços de extensão a serem contatados pelo projeto;
3. Contato com os serviços de extensão para agendamento das visitas institucionais;
4. Visita aos serviços de extensão;
5. Elaboração de um documento sucinto de apresentação da CSJ e da comunidade da Serrinha, para ser entregue aos serviços visitados;
6. Construção de dois murais de conteúdo acessível com informações coletadas sobre os serviços de extensão visitados – um para ser disponibilizado na CSJ e o outro na sede da associação de moradores da Serrinha;
7. Apresentação dos resultados captados para a equipe multiprofissional da CSJ, bem como para a associação de moradores da Serrinha.

Pretendia-se com a execução deste P.I, contribuir para a disseminação de informações sobre os serviços de extensão da UFSC e conseqüentemente para o acesso dos moradores da comunidade Serrinha a esses serviços. Além disso, buscava-se potencializar maior interação entre UFSC e comunidade, o que como discutido anteriormente, é um processo indispensável para a troca de conhecimentos entre estes dois atores sociais e para a construção coletiva de alternativas para o enfrentamento de situações locais.

Outra contribuição pretendida através desse projeto estava voltada diretamente a atuação do Serviço Social no espaço sócio ocupacional, uma vez que no âmbito da atuação profissional da assistente social da CSJ poderia se constituir junto a estes serviços uma possibilidade de articulação, de modo a contribuir para o acesso a direitos sociais.

Contudo, ao longo da execução do projeto foram encontradas diversas dificuldades, que por vezes exigiram a reorganização do cronograma de execução, e até mesmo modificações em partes da metodologia proposta: o não retorno dos serviços de extensão em relação as tentativas de contato através de telefone e e-mail para o agendamento da visita; a falta de receptividade de alguns serviços para fornecer informações; a escassez de conteúdos informativos de divulgação das práticas extensionistas da UFSC; entre outras questões que iremos discorrer no próximo tópico.

Como resultados concretos da execução do P.I, destaca-se que foram confeccionados cartazes para divulgação dos serviços, com informações como: o que o serviço oferece à comunidade, como acessar, público alvo, dados para contato, e detalhes sobre a inscrição.

Para além deles, houve a construção de um documento com informações mais detalhadas sobre cada serviço visitado. Documento este que não estava previsto na metodologia inicial do P.I, mas julgou-se importante ao longo do percurso de execução, uma vez que são informações relevantes no âmbito da prática profissional do Serviço Social.

Nesse sentido, com o desenvolvimento do processo metodológico do P.I foi se delineando a necessidade do aprofundamento do estudo sobre as questões acerca do papel social da Universidade Pública, especialmente no que se refere a extensão Universitária – a partir da compreensão de que esta se constitui enquanto uma das bases da Política da Educação Superior no Brasil e representa o compromisso da universidade para com a sociedade.

Assim, com base nos dados coletados a partir da experiência de execução do P.I, o desenvolvimento do presente trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como objetivo geral: Analisar de que forma os serviços de extensão de caráter permanente ofertados pela UFSC, possibilitam o acesso à população das comunidades do seu entorno tendo em vista uma das formas de concretização de seu papel social. Para tanto, delineou-se como objetivos específicos: 1. Reconhecer o processo de constituição da universidade pública brasileira, no que tange ao delineamento de seu papel social; 2. Conhecer a função social da universidade pública brasileira na atualidade; 3. Apontar o papel da extensão universitária no cumprimento da sua função social; 4. Identificar as modalidades de serviços de extensão ofertados pela universidade nas áreas da saúde, ciências sociais aplicadas e ciências humanas,

abertos a comunidade; 5. Relatar de que forma ocorre a inserção da comunidade externa da UFSC nos serviços de extensão investigados.

Assim o presente texto tem abordado as questões voltadas aos objetivos propostos, como também passamos então a registrar, a partir do item que segue, os dados coletados quando do desenvolvimento do P.I e as suas correspondentes análises.

### **3.3 Reflexões acerca do caráter dos serviços de extensão ofertados pela UFSC a partir do desenvolvimento do Projeto de Intervenção (PI)**

Conforme exposto anteriormente, a execução do P.I -que possibilitou o contato com os serviços de extensão da UFSC durante o período do estágio obrigatório em Serviço Social -foi fator inspirador do estudo proposto neste trabalho.

Dessa forma, neste item iremos discorrer inicialmente sobre os procedimentos de coleta dos dados empíricos – que ocorreu concomitantemente a execução do P.I - apresentar os dados coletados, e comentar sobre o caráter dos serviços extensão envolvidos nessa pesquisa a partir da experiência de contato e das leituras realizadas para o desenvolvimento deste estudo.

#### **3.3.1 Procedimentos de coleta de dados**

Segundo Minayo (2009, p.16), uma pesquisa sob o ponto de vista científico é um exercício que questiona a realidade, “embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação”. Assim sendo, as questões colocadas numa pesquisa, constituem o problema a ser investigado, que são, primeiramente de origem prática.

No que se refere a metodologia utilizada para desenvolver este TCC, pode se afirmar primeiramente, que esta foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, com o intuito de compreender as expressões da realidade social em sua totalidade, aspirando acessar os “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um universo mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO,2004, p.22).

Destaca-se também, que o seguinte estudo possui um caráter exploratório, a passo que, segundo Severino (2014:76) busca “levantar informações sobre o objeto estudado, delimitando assim um campo de trabalho e mapeando as condições de manifestação desse objeto. ” Em complemento, Gil (2002:131) aponta que este modo de pesquisa busca a familiarização com um assunto pouco explorado, almejando “desenvolver ideias com vistas a fornecer hipóteses em condições de serem testadas em estudos posteriores. ”

Como mediação prática para alcance dos objetivos propostos por este TCC, se fez necessário a utilização de algumas técnicas de coleta de dados. Assim, a pesquisa foi dividida em três etapas, construídas a partir dos objetivos específicos previamente estabelecidos. A primeira etapa contemplou o levantamento bibliográfico, um resgate histórico sobre o surgimento das universidades no Brasil, abordando as mudanças ocorridas ao longo dos anos na compreensão do papel social da universidade. As fontes bibliográficas utilizadas nesta etapa foram livros, artigos científicos e revistas eletrônicas, selecionados a partir dos seguintes critérios: reconhecimento científico e discussão sobre a temática abordada pela referida pesquisa.

A segunda etapa consistiu-se no levantamento de documentos institucionais da UFSC que discorrem sobre a organização da instituição, seu papel e os registros acerca da caracterização e/ou organização da extensão universitária. Esta, por sua vez, foi realizada a partir da busca por documentos e legislações dispostas no site da instituição. A pesquisa documental se particulariza, segundo Severino (2013), por seus conteúdos não terem passado ainda por um tratamento analítico, sendo considerados matéria-prima.

O terceiro momento da pesquisa se constituiu na coleta de dados empíricos (quando do desenvolvimento do Projeto de Intervenção) realizado na visitas a oito dos serviços de extensão de caráter permanente, ofertados pela UFSC. A seleção dos respectivos serviços ocorreu por serem considerados “público alvo” a comunidade (conforme será caracterizado no próximo tópico). Dessa forma foram selecionados: Clínica Escola da Fonoaudiologia, Clínica Odontológica, Escritório Modelo de Assistência Jurídica, Farmácia Escola, Serviço de Atenção Psicológica, Atividades Físicas Para a Comunidade, Núcleo de Estudos da Terceira Idade e Cursos extras.

Referente ao percurso metodológico realizado nesta etapa de coleta de dados empíricos, pode se afirmar que este teve início em agosto de 2018, com o mapeamento online de todos os serviços de extensão localizados no SIGPEX. A expectativa era de que com esta busca seria possível acessar uma listagem com todos os programas, projetos e serviços de extensão ofertados pela universidade. No entanto, logo no início da procura foi possível perceber que o sistema possui diversas limitações, e não seria o suficiente para coletar as informações demandadas.<sup>29</sup>

Assim, foi necessário buscar informações através do site da UFSC e de documentos institucionais, como a Carta de Serviços ao Cidadão da UFSC (PROEX, 2018)<sup>30</sup>. Com base nas informações acessadas através dos meios acima citados, foram mapeados oito serviços de extensão abertos a comunidade, a saber: Clínica Escola de Fonoaudiologia, Clínica Escola de Odontologia, Farmácia Escola, Escritório Modelo de Assistência Jurídica, Serviço de Atenção Psicológica (SAPSI), Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), cursos de idioma e atividades físicas para a comunidade.

Referente ao agendamento e a realização das visitas aos serviços de extensão, alguns obstáculos foram encontrados— a dificuldade de conseguir contato e de acessar informações significativas sobre estes serviços. Foram diversos contatos telefônicos sem sucesso e e-mails encaminhados e reencaminhados sem retorno. Sendo assim, foi necessário realizar as visitas aos serviços sem o agendamento prévio, o que deu certo na maioria dos casos, com exceção da Clínica Escola de Fonoaudiologia, o qual se teve extrema dificuldade de obter as informações.

Por fim, após a coleta de dados, com o subsídio do conteúdo acessado, foram sistematizadas as informações coletadas, identificando a postura assumida pelos serviços de extensão da UFSC a partir da experiência empírica vivenciada. Esta análise será realizada a partir de dois eixos articuladores, delimitados por possuírem

---

<sup>29</sup>Por ser um mecanismo recente, criado em 2016, muitos dos serviços, em especial os de caráter permanente, que tiveram início antes da data de criação do sistema, não estavam dispostos no SIGPEX. Além disso, grande parte do conteúdo encontrado tinha como público alvo a comunidade acadêmica ou profissionais de determinadas áreas, e não a comunidade.

<sup>30</sup>O referido documento contém informações sobre as diferentes práticas extensionistas da UFSC, contudo, além de ser extremamente extenso, não é de fácil acesso e muito menos, facilita a divulgação desses serviços de extensão para a comunidade.

elementos que perpassam todos os serviços de extensão em análise no presente estudo.

### 3.3.2 Resultados e análise dos dados

A seguir, serão apresentadas as informações obtidas através da experiência de contato com os oito serviços de extensão delimitados para o desenvolvimento deste estudo, a saber: EMAJ, SAPSI, NETI, Atividades físicas para a comunidade, Cursos Extras, Clínica Odontológica da UFSC, Farmácia Escola da UFSC, e Clínica da Fonoaudiologia da UFSC. Tal apresentação está dividida por serviços, sendo estruturada da seguinte forma: informações gerais sobre os serviços, relato dos contatos realizados com o mesmo, informações obtidas sobre o serviço, e critérios e formas de acesso.

#### **Serviço 1: Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ**

<b>Endereço:</b>	Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n – Carvoeira / Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) – ao lado do Fórum UFSC
<b>Atendimento:</b>	De segunda a sexta-feira das 8h00 às 12h00 / 14h00 às 18h00
<b>Telefone:</b>	(48)3721-9410 - 3721-6523
<b>E-mail:</b>	emaj.ccj.ufsc@gmail.com

#### **a) Registro dos contatos realizados:**

O primeiro contato com o EMAJ foi realizado na segunda feira, dia 10 de setembro de 2018, através de e-mail<sup>31</sup> encaminhado para a coordenação de extensão do curso de Direito da UFSC. O referido e-mail apresentava de forma breve a proposta do P.I a ser executado, com destaque para seus objetivos, além de sinalizar a importância da visita institucional para conhecer e obter informações sobre os serviços ofertados pelo EMAJ e outras eventuais práticas de extensão realizadas pelo CCJ, cujo público alvo é a comunidade.

Contudo, devido à falta de retorno, no dia 17 de setembro optou-se por ir até a sala do coordenador de extensão do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC (CCJ) sem o agendamento prévio, objetivando encontra-lo para obter as informações desejadas. Ao ir até o local - localizado no terceiro andar do prédio do CCJ -

<sup>31</sup> O conteúdo deste e-mail foi o mesmo enviado para todos os serviços em que utilizei esta forma de contato.

constatou-se que o profissional responsável estava em viagem e ninguém sabia ao certo a previsão de retorno do mesmo.

Na quinta-feira, dia 20 de setembro de 2018, foi realizada nova visita à sala do coordenador, que estava fechada. Dessa forma, para dar continuidade a execução do projeto sem prejudicar o cronograma inicial, na mesma data fui até o EMAJ. Na ocasião fui recebida por dois estudantes da sexta fase do curso de direito, que prontamente me auxiliaram com informações sobre os serviços prestados pelo EMAJ e a dinâmica de funcionamento do local. Ambos se mostraram atenciosos para o esclarecimento de dúvidas, e deixaram explicitado conhecerem o papel social da universidade pública através da prática de extensão, contudo só tinham conhecimento a respeito das práticas extensionistas do EMAJ.

Para informações sobre outras atividades de extensão do Direito, indicaram que eu procurasse o coordenador de extensão do CCJ. Ao apontar minhas tentativas anteriores de contato mal sucedidas, informaram que de fato o contato é difícil pois o profissional é bastante atarefado. Indicaram então que eu buscasse o Programa de Educação Tutorial (PET) do direito, para saber se o grupo de estudantes tinham conhecimento de outras ações de extensão voltadas a comunidade. Na mesma data fui até a sala do PET mas não havia ninguém lá no momento. Dia 25 de setembro realizei uma última tentativa, mas novamente não encontrei ninguém no horário que estive lá.

#### **b) Informações obtidas sobre o serviço:**

De acordo com os dois estudantes, o EMAJ foi criado em 1975, com o objetivo principal de contribuir na qualificação profissional dos estudantes do Curso de Direito da UFSC, contudo, desde sua origem, as ações e serviços prestados são desenvolvidos a partir da observação das demandas apresentadas pela comunidade durante os atendimentos.

Com uma equipe técnica composta por professores, técnico-administrativos e estudantes (monitores, bolsistas de extensão e estagiários que cumprem o estágio curricular obrigatório do referido curso), atualmente, o EMAJ oferta assistência jurídica gratuita nas áreas do direito da família<sup>32</sup> e direito civil<sup>33</sup> para a comunidade.

---

<sup>32</sup>São disponibilizadas 20 vagas semanais para atendimento do direito da família, sendo 10 no período matutino e 10 no período vespertino. Todos os atendimentos que abrangem este campo do direito ocorrem nas quintas-feiras.



No âmbito do direito da família, os atendimentos realizados voltam-se a abertura de ações de alimentos, adoção, alteração de registro civil, guarda, regulamentação e dissolução de união estável e ação de divórcio. No que tange ao direito civil, as práticas são voltadas a ações de interdição, em direito do consumidor (retirada de nome de cadastro de devedores e indenização), ação de medicamentos, responsabilidade civil do Estado (ação contra União, Estado, Municípios) e mandado de segurança (inclusive para pleitear vagas em creche).

**c) Critérios e formas de acesso:**

<b>Critérios de acesso</b>
Todos os serviços prestados são voltados àqueles que possuem renda de até R\$2.379,00. <sup>34</sup>
Os atendimentos que abrangem a área do direito da família, são restritos aos residentes de Florianópolis
Os atendimentos da área do direito civil, são voltados aos moradores dos bairros Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição, Trindade, João Paulo, Pantanal, Córrego Grande, Santa Mônica e Itacorubi – em Florianópolis.

<b>Formas de acesso</b>
O primeiro passo é realizar o agendamento, que pode ser feito presencialmente ou por telefone, a partir do começo do semestre letivo da UFSC.
Após o agendamento, o usuário deve comparecer no EMAJ na data e período marcado, levando consigo os seguintes documentos: xerox do RG, CPF, comprovante de renda de até R\$2.379,00 e comprovante de residência. <sup>35</sup>
Na mesma data, após a apresentação dos documentos, os estudantes, junto do professor orientador realizam os atendimentos jurídicos junto aos assistidos.

**Serviço 2. Serviço de Atendimento Psicológico a Comunidade – SAPSI**

<b>Endereço:</b>	Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, 440 - Carvoeira, Florianópolis / Departamento de Psicologia - Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), bloco D, 2º andar
<b>Atendimento:</b>	De segunda a quinta-feira das 8h00 às 20h00 / Sexta-feira das 8h00 às 19h00

<sup>33</sup>São disponibilizadas 6 vagas semanais para atendimento do direito civil, sendo 3 no período matutino e 3 no período vespertino. Todos os atendimentos abrangem este campo do direito ocorrem nas quartas-feiras.

<sup>34</sup>Caso o usuário não possua renda própria, verifica-se a renda de seu núcleo familiar, que não pode ultrapassar o referido teto.

<sup>35</sup>O usuário que agendar atendimento para a parte da manhã, deve chegar no local as 9:00h. Aqueles que possuírem agendamento na parte da tarde, devem chegar as 14h. No caso de não puder comparecer na data do atendimento, pede-se que o usuário comunique a ausência com no mínimo 3 dias de antecedência, pois caso o contrário, a remarcação só poderá ser realizada no semestre seguinte.

<b>Telefone:</b>	(48)3721-9402 - 3721-4989
<b>E-mail:</b>	Sapsi@cfh.ufsc.br

**a) Registro dos contatos realizado:**

O primeiro contato com o SAPSI foi realizado na segunda feira, dia 17 de setembro de 2018 através da ida até o espaço físico do serviço, localizado no segundo andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC (CFH). Na ocasião o contato se deu por meio de uma técnica administrativa, que muito prestativa sinalizou brevemente todos os serviços desenvolvidos pelo SAPSI.

Ao apresentar-me enquanto estudante e situar o P.I, a técnica me encaminhou para conversar com um profissional da psicologia que atua no local, para que eu pudesse dialogar sobre o projeto e também, esclarecer as dúvidas existentes sobre as práticas de extensão do SAPSI.

A conversa com psicólogo foi extremamente significativa e produtiva, a passo que realizamos trocas sobre as atividades realizadas pelo serviço, o papel assumido por este em relação a formação profissional e a extensão universitária, e as limitações do SAPSI em relação a práticas externas. O diálogo pautou questões como: a comunidade Serrinha e suas características, a importância da extensão para a universidade e para a comunidade, e exemplos práticos de como poderíamos pensar ações de extensão da psicologia da UFSC junto à comunidade.

Ao final da conversa o profissional anotou o e-mail do Serviço Social da CSJ e informou que levaria os pontos dialogados para a reunião da equipe do SAPSI afim de pensar em formas de melhorar a comunicação com a comunidade e com a CSJ.

Cabe apontar aqui, que passando duas semanas dessa visita, a assistente social da CSJ recebeu uma ligação da coordenadora do SAPSI, informando sobre um novo grupo de psicoterapia que estava em processo de inscrição, para que esta informação pudesse ser compartilhada com a comunidade.

**b) Informações obtidas sobre o serviço:**

De acordo com o Regimento Interno do SAPSI, este serviço tem como objetivo principal possibilitar aos estudantes de Psicologia da UFSC a experiência necessária a formação profissional através do atendimento à comunidade. Além disso, propiciar aos docentes do referido curso, contato com a prática profissional afim de retroalimentar suas respectivas atividades de ensino.

Ainda segundo este documento, em seu art.5º, o SAPSI assume como objetivos referente a extensão universitária:

Prestar atendimento psicológico à comunidade universitária e à comunidade da cidade de Florianópolis e regiões circunvizinhas, do ponto de vista das seguintes ênfases: Processos Comunitários e Ações Coletivas; Psicologia Escolar e Educacional; Saúde e Processos Clínicos; e Trabalho, Organizações e Gestão.

Com a equipe técnica composta, atualmente, por professores, psicólogos contratados e estudantes da graduação e pós-graduação do curso de Psicologia da UFSC - sendo estes em sua maioria, estagiários e bolsistas - destaca-se a partir da entrevista com um dos psicólogos que atuam na instituição, que o SAPSI oferece três serviços fixos a comunidade.

O primeiro deles é o que a equipe denomina de acolhimento, que se refere a um atendimento psicológico de caráter emergencial<sup>36</sup>. No SAPSI, de acordo com as informações disponibilizadas na página online da instituição, se refere ao ato de receber as pessoas que procuram o serviço com disponibilidade para escutar, promovendo condições para que suas questões possam ser expressadas. (SAPSI, 2019). De acordo com o caso, são realizadas mais de uma sessão no próprio SAPSI, mas em sua maioria, é um atendimento pontual. O profissional entrevistado sinalizou que, após o término, dependendo da situação, o usuário é encaminhado para um acompanhamento continuado em Centros de Saúde, Caps, clínicas sociais ou projetos de extensão no próprio SAPSI.

O segundo serviço apontado pelo profissional foi a psicoterapia individual, ofertado nas modalidades infantil, adolescente e adulto. De acordo com este, a psicoterapia é um processo terapêutico, que ocorre de forma periódica – geralmente uma vez na semana. O usuário vai até o SAPSI na data e horário agendado para ser atendido por um profissional da psicologia, que atuará de forma a compreender e auxiliar na resolução de problemas de natureza emocional, existencial, dificuldades de relacionamento, fobias, entre outras questões.

---

<sup>36</sup> De acordo com o site do SAPSI: “é caracterizada como urgência a situação de crise na saúde de uma pessoa, de forma imprevisível e aguda, sem risco iminente de morte, porém com alteração dos parâmetros vitais que requerem pronto atendimento. Os casos que chegam no SAPSI, na sua maioria, são considerados de urgência, pois são situações de sofrimento psíquico intenso, em que a pessoa necessita de um pronto atendimento, mas geralmente não envolvem risco de morte, salvo raras exceções de tentativas de suicídio que deve ser encaminhada imediatamente para consulta psiquiátrica ou desintoxicação hospitalar.”(SAPSI, 2019)

O terceiro serviço fixo, ofertado pelo SAPSI, de acordo com o psicólogo, é a psicoterapia em grupo. Esta forma de psicoterapia, por sua vez, é realizada de maneira coletiva, com pessoas que possuem objetivos, tarefas e vivências comuns em algum âmbito da vida. Segundo o profissional, durante as sessões, os participantes compartilham suas respectivas questões enfrentadas, abrindo espaço para que os demais façam contribuições com base em suas próprias experiências.

O SAPSI disponibiliza diversos grupos psicoterápicos ao longo do semestre, com temáticas que variam de acordo com a demanda da comunidade. Este semestre (2019.1) os grupos em funcionamento são: Grupo de Apoio Psicológico a Pessoas com Vivências de Perdas e Lutos; Grupo de Apoio às Pessoas com Hipertensão Arterial Pulmonar; Grupo de Cessação do Tabagismo; Grupo de Atenção Psicológica ao Paciente com Doenças Dermatológicas Autoimunes (Dermatite Atópica, Psoríase e Vitiligo); Atendimento Psicoterapêutico em Grupo: Modalidade Psicoterapia Breve; Grupo de Habilidades Sociais para Crianças (6 a 12 anos); Grupo de pais, mães e/ou responsáveis de crianças e Grupo de Apoio Psicológico para Trabalhadores.

### c) Critérios e formas de acesso:

<b>Critérios de acesso</b>
<b>Acolhimento (atendimento psicológico de urgência):</b> Para participar do acolhimento não é necessário agendar horário, apenas ir até o SAPSI de segunda a sexta feira, das 8:00h as 16:00h, portando documento de identificação com foto. Ao chegar lá o usuário irá preencher uma ficha de inscrição e aguardar o atendimento, que será realizado por ordem de chegada.
<b>Psicoterapia individual (Infantil, adolescente e adulto):</b> Este serviço possui vagas limitadas e por esse motivo o acesso a ele é através de sorteio. A cada semestre abre inscrições, que são realizadas apenas presencialmente e pela pessoa que deseja acessar o serviço. Crianças e adolescentes devem estar acompanhados dos responsáveis legais.
<b>Psicoterapia em grupo:</b> Este serviço possui vagas limitadas. As inscrições geralmente são realizadas em duas etapas. A primeira consiste no contato com o SAPSI <sup>37</sup> para manifestar interesse no grupo psicoterápico e agendar

<sup>37</sup>Esse contato deve ser realizado através do telefone ou de ida até o SAPSI, durante o período de inscrição divulgado no site do SAPSI.

acolhimento<sup>38</sup>, e a segunda é comparecer no local na data e horário agendado para a realização do acolhimento.

<b>Formas de acesso</b>	
<b>Acolhimento:</b>	Não há critérios de acesso. O serviço é voltado para todas as pessoas, sejam estas da comunidade da UFSC, moradores de Florianópolis ou de outras cidades.
<b>Psicoterapia individual:</b>	<b>Infantil</b> - Ter de 03 a 12 anos incompletos na data de realização do sorteio. <b>Adolescente</b> - Ter 12 anos completos ou 18 anos incompletos na data de realização do sorteio. <b>Adulto</b> - Ter 18 anos completos na data da realização do sorteio.
<b>Psicoterapia em grupo:</b>	Cada grupo possui critérios próprios de acesso, que devem ser consultados diretamente com o SAPSI. O único critério comum é fazer parte do público alvo do respectivo grupo no qual deseja se inserir.

### **Serviço 3. Núcleo de Estudos da Terceira Idade - NETI**

<b>Endereço:</b>	Rua. Desembargador Vítor Lima, 145 - Trindade, Florianópolis
<b>Atendimento:</b>	De segunda a sexta-feira das 8h00 às 19h00
<b>Telefone:</b>	(48)3721-6198
<b>E-mail:</b>	neti@contato.ufsc.br

#### **a) Registro dos contatos realizado:**

O primeiro contato com o NETI, ocorreu na segunda-feira, dia 10 de setembro de 2018, através de ligação telefônica. Na ocasião fui atendida pela recepcionista do local, com quem falei brevemente sobre o conteúdo das informações que eu estava à procura, e perguntei quem poderia me auxiliar com tais informações. A resposta obtida foi que eu poderia ir até o local e a profissional que pudesse me atender no momento me auxiliaria.

Deste modo, terça-feira, dia 11 de setembro de 2018 ocorreu a ida até o NETI, localizado em frente ao Fórum Distrital do Norte da Ilha – UFSC. Na data fui recebida por uma educadora que atua na instituição. Ao longo do diálogo tratou-se sobre o perfil dos idosos residentes na Serrinha, o trabalho realizado pela CSJ no referido território e os serviços oferecidos pelo NETI. Além disso, em conjunto, foi problematizado o fato de que apesar do NETI ter iniciativas de extrema relevância social para a terceira idade, a grande maioria dos serviços ofertados ainda não atende as necessidades do perfil de idosos da Serrinha – visto que, a grande parte,

<sup>38</sup> Neste caso, o acolhimento é agendado para que o profissional responsável pela condução do grupo psicoterápico possa analisar se o mesmo pode ser interessante para a condição de saúde do usuário.

possui baixa ou mesmo nenhuma escolaridade, e em muitos casos não são alfabetizados.

As atividades desenvolvidas pelo NETI, são em síntese: aulas de diversos idiomas, oficinas e cursos de teatro, gastronomia e culturas, oficinas com abordagens teórico-práticas de diferentes áreas do conhecimento (tais como: Educação Física; Nutrição, Fisioterapia; Fonoaudiologia; Odontologia; Estética; Psicologia), dentre outras. Nesse sentido, são atividades que necessitam que o idoso seja alfabetizado.

Nesse sentido, compreendendo o perfil da maioria dos idosos moradores da Serrinha, neste estudo foi priorizado coletar informações mais detalhadas a respeito do único serviço pensado para este público alvo, que é desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF).

#### **b) Informações obtidas sobre o serviço:**

Segundo a página online do NETI a missão deste serviço é:

Redescobrir, recriar de forma integrada, sistematizar e socializar o conhecimento de gerontologia, desenvolvendo atividades de promover as pessoas da terceira idade no meio acadêmico e comunitário, como sujeitos em transformação e transformadores. (NETI, online)

Nesse sentido, de acordo com a educadora, o NETI possui como compromisso valorizar o potencial dos idosos enquanto sujeitos capazes de adquirir e disseminar conhecimento à sociedade. Para tal, são realizadas junto a este segmento, atividades como cursos, grupos, oficinas e projetos que visam a atualização, a inserção social, bem como, contribuir para o protagonismo e engajamento dos idosos na construção de saberes.

Nessa perspectiva, as atividades ofertadas pelo Núcleo são: Curso de monitores da ação gerontológica; Contação de história; Alemão para iniciantes; Esperanto; Introdução à língua italiana por meio da literatura; Italiano para iniciantes; Italiano através da gastronomia do Bel Paese; Italiano conversação; Introdução ao inglês; Francês para iniciantes; Espanhol III Intermediário; Oficina a arte da saúde; Estimulação da memória e da comunicação de idosos; Nutrição e memória; Mindfulness e Yoga; Psicologia do desenvolvimento; Matemática e Ação de Vida; Yoga para a terceira idade; Oficina Dança e Movimento na Terceira Idade; Oficina de teatro; Cultura Japonesa através da Culinária e Gastronomia; Histórias da música popular no Brasil – Carnaval carioca; Histórias da Música Popular no Brasil – Elis Regina; Talentos da Memória Literária; e Cultura e Arte Italiana.

Além destes, o NETI em parceria com a PMF, oferta a Educação de Jovens e Adultos (EJA)<sup>39</sup> -modalidade de ensino destinada às pessoas que não concluíram as etapas do ensino fundamental e médio em idade apropriada. Contudo, tendo em vista que o NETI é um serviço voltado à terceira idade, o EJA ofertado em seu espaço físico tem como público alvo pessoas com idade igual ou superior aos 50 anos.

Segundo a educadora, o Núcleo dispõe de três turmas de EJA, cada qual representando um módulo diferente, a saber:

- **Segmento 1:** Para aqueles idosos que desejam retomar ou iniciar as séries iniciais do ensino fundamental. As aulas ocorrem no período matutino, três vezes por semana - terças, quintas e sextas-feiras, das 8h00 às 11h00.
- **Segmento 2:** Para aqueles idosos que necessitam retomar ou concluir as séries finais do ensino fundamental. As aulas ocorrem no período matutino e vespertino, três vezes por semana. De manhã acontece nas segundas, quartas e sextas-feiras, das 8h00 às 11h00. A tarde acontece nas terças, quintas e sextas-feiras, das 14h00 às 17h00
- **Segmento 3:** Para aqueles idosos que necessitam retomar ou concluir o Ensino médio. As aulas ocorrem no período vespertino, duas vezes por semana – quartas e sextas feiras, das 14h00 às 17h00.

#### c) Critérios e formas de acesso:

Critérios de acesso
O único critério de acesso é possuir idade igual ou superior a 50 anos.

Formas de acesso
Este serviço possui vagas limitadas. Para participar é necessário primeiramente aguardar o período de matrícula. Uma vez que esteja aberto o período, é preciso entrar em contato com a Secretaria de Estado de Educação através do fone (48)3665-5637 e fazer a solicitação. É importante que no ato da matrícula informe que deseja participar da turma do EJA que ocorre no espaço físico do NETI-UFSC.

#### **Serviço 4. Atividades Físicas Para a Comunidade**

<sup>39</sup>A Lei 9.394/96, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabeleceu no capítulo II, seção V a Educação de Jovens e Adultos. Em seu artigo 37 aponta: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

<b>Endereço:</b>	Avenida César Seara - Carvoeira, Florianópolis - Prédio administrativo do Centro Desportos da UFSC (CDS)
<b>Atendimento:</b>	De segunda a sexta-feira das 8h00 às 11h30 / 12:30 às 17:00 horas
<b>Telefone:</b>	(48)3721-9925

**a) Registro dos contatos realizados:**

O primeiro contato com o CDS referente ao serviço de atividades físicas para a comunidade foi realizado na segunda feira, dia 10 de setembro de 2018, através de ligação telefônica. Na ocasião fui atendida por uma auxiliar administrativa, com quem falei brevemente sobre a proposta do P.I., expondo as motivações do contato telefônico e questionando com quem eu poderia obter mais informações sobre os serviços ofertados pelo CDS a comunidade.

Neste momento, a resposta obtida é que existe um edital<sup>40</sup> disponível no site da UFSC, com detalhamentos a respeito de cada atividade ofertada pelo CDS. Segundo a técnica, são mais de cinquenta opções de atividades, cada qual com informações muito particulares, dessa forma o documento foi criado com a finalidade de sanar eventuais dúvidas.

Após a ligação, foi localizado o edital no site da UFSC que possibilitou o acesso a um extenso conteúdo, que de fato trazia detalhamentos sobre as atividades, mas não elucidava todas as dúvidas. Ao começar pelo fato de que no edital constava que a maioria das atividades eram pagas e as que não eram, ocorriam em horários que, muitas vezes, poderiam comprometer o acesso da comunidade. Além disso, o edital não trazia informação sobre a possibilidade de isenção de pagamento e processos para se solicitar essa isenção.

Assim sendo, na segunda-feira, dia 17 de setembro de 2018, ocorreu a ida até o CDS, aonde na ocasião, o diálogo ocorreu com outra auxiliar administrativa que estava no local. Informei sobre o contato anterior e as dúvidas que haviam surgido com a leitura do edital. Conversamos a respeito dos objetivos do P.I, sobre a Serrinha, sobre a CSJ, e sobre as possibilidades de acessar as atividades do CDS sem a contrapartida do pagamento de taxa de matrícula – (que em geral, ultrapassava o valor de R\$100,00) tendo em vista as características socioeconômicas predominantes na comunidade.

<sup>40</sup> Link de acesso: <http://portalcds.ufsc.br/files/2014/03/Edital-01-2019-CEAFC-CDS-Turmas-2019-1-3%C2%AA-RETIFICA%C3%87%C3%83O.pdf>



### **b) Informações obtidas sobre o serviço:**

De acordo com a auxiliar administrativa, o Centro Desportos da UFSC oferta mais de cinquenta atividades físicas para a comunidade que envolvem artes marciais, danças, jogos esportivos, atletismo, condicionamento físico e musculação, relaxamento e meditação, yoga, ginástica para a terceira idade, ginástica para a pessoa com deficiência e capoeira.

Cada atividade é destinada a um público alvo e possui uma forma específica de inscrição, que pode ser presencial ou online. Algumas delas são gratuitas, mas a grande maioria exige pagamento de uma taxa de matrícula, que como dito anteriormente, em geral ultrapassa o valor de R\$100,00, podendo chegar até a R\$400,00.

Outra informação obtida é que é possível solicitar a isenção da cobrança no ato da matrícula, contudo não existe um critério comum de aprovação em todas as atividades ofertadas – cabe ao coordenador da referida atividade conceder ou não, de acordo com seus próprios critérios. Ou seja, é uma prática não muito comum, por isso não é divulgada como possibilidade e não existem disposições e regras para a isenção. Quando ocorre é através de critérios subjetivos, que em geral, voltado a baixa renda.

### **c) Critérios e formas de acesso:**

<b>Critérios de acesso</b>
Cada atividade possui critérios próprios de acesso, que devem ser consultados diretamente com o coordenador das atividades (informação disponível no Guia). O critério comum é fazer parte do público alvo da respectiva atividade no qual deseja se inserir. Algumas delas também exigem um atestado médico de aptidão a prática do exercício escolhido.

<b>Formas de acesso</b>
Antes de efetuar a inscrição, o usuário deverá certificar-se de que preenche os requisitos exigidos para a participação, como por exemplo, faixa etária (idade), necessidade ou não de pré-seleção e etc.
A forma de inscrição dependerá de cada atividade, podendo ser presencial ou online, e estará informada na descrição da respectiva atividade, disponível no Guia de Atividades Esportivas a Comunidade <sup>41</sup> .

<sup>41</sup>O Guia de Atividades Esportivas a Comunidade fornece informações mais detalhadas sobre cada atividade oferecida: Sintetiza os objetivos das aulas das respectivas atividades e as contribuições destas para a saúde do usuário; Demarca o público alvo de cada atividade; Fornece as formas de inscrição (presencial ou online) de cada atividade e o passo a passo para a efetivação da inscrição; Informa se é uma atividade gratuita ou paga (sendo paga ele disponibiliza os valores); Disponibiliza os dias da semana, horário e local em que ocorrem as atividades; Aponta o contato direto dos profissionais envolvidos em cada atividade; Traz sugestões de trajés para o conforto e melhor

**Serviço 5. Cursos Extra**

<b>Endereço:</b>	UFSC – Centro de Comunicação e Expressão (CCE) – Bloco B – sala 101
<b>Atendimento:</b>	De segunda a sexta-feira das 8h00 às 12h00 / 14h00 às 18h00
<b>Telefone:</b>	(48)3721-9288 - (48) 3721-9703 - (48) 3721-6607 - (48) 3721-9355

**a) Registro dos contatos realizado:**

A primeira tentativa de contato com o Cursos Extra foi realizada na segunda feira, dia 10 de setembro de 2018, através de ligação telefônica. Na ocasião o contato se deu por meio de uma auxiliar administrativa, que assim que comecei a solicitar as informações, a mesma sinalizou que essas informações deveriam ser acessadas exclusivamente pelo edital disponibilizado no site da UFSC.

Ao acessar o edital no site, pôde se perceber que, como no caso do conteúdo disponibilizado no edital do CDS, o referido edital indicava que os cursos de idioma ofertados exigem a contrapartida de pagamento. Contudo, diferentemente do CDS, neste material estava garantida a possibilidade de isenção com base em critérios de renda. O edital não informava, no entanto, sobre o processo de solicitação da isenção e não trazia detalhes sobre o referido critério de renda.

Na segunda feira, dia 17 de setembro de 2018, em visita ao CCE da UFSC, que tinha por finalidade colher mais informações acerca dos cursos e tirar dúvidas sobre o edital, recebia-se como resposta um folheto informativo. Quando questionado sobre a possibilidade de conversar com algum coordenador das atividades do Cursos Extra sobre os serviços prestados, segundo a atendente nenhum deles estava no local.

Nesse sentido, as informações coletadas foram em grande parte, acessadas através do edital do Cursos Extra ou na página online do serviço.

**b) Informações obtidas sobre o serviço:**

De acordo com a página online do Cursos Extra, e com as poucas informações obtidas através do contato com o referido serviço, este se constitui na oferta de cursos de idiomas para a comunidade – a saber: Alemão, Espanhol,

---

aproveitamento das aulas ; Discorre sobre as regras dos espaços de aula, situações de reembolso, trocas de turma, e o cuidado com as atividades físicas voltadas para as crianças.

Francês, Inglês, Italiano, Japonês e Português para estrangeiros - com certificado de carga horária de 60 h/aula para aqueles que forem aprovados ao final de cada nível do curso.

Os cursos são oferecidos pelo Departamento de Língua e Literaturas Estrangeiras da UFSC, e as aulas, ministradas no Centro de Comunicação e Expressão, por professores, graduandos e pós-graduandos vinculados a referida Universidade.

**c) Critérios e formas de acesso:**

<b>Critérios de acesso</b>
O único critério de acesso é possuir idade igual ou superior a 15 anos completos na data da inscrição.

<b>Formas de acesso</b>
O usuário deverá acompanhar a data de abertura das matrículas que é disponibilizada no site <a href="http://www.cursosextra.com">www.cursosextra.com</a> , no início de cada semestre. Uma vez que esteja aberto o período de matrículas, é necessário realizá-la através do mesmo site.
Os cursos são pagos, mas existe a possibilidade de isenção para a pessoa física que declarar hipossuficiência de renda, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e da Lei nº 1.060/50 e do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, art. 6º, VIII). <sup>42</sup>

**Serviço 6. Clínica Odontológica da UFSC**

<b>Endereço:</b>	UFSC - Centro de Ciências da Saúde - Bloco B – sala 101
<b>Atendimento:</b>	De segunda a sexta-feira das 8h00 às 12h00 / 14h00 às 18h00
<b>Telefone:</b>	(48)3721-3500
<b>E-mail:</b>	clinicas.odt@contato.ufsc.br

**a) Registro dos contatos realizado:**

O primeiro contato com a Clínica Odontológica da UFSC foi realizado na segunda-feira, dia 10 de setembro de 2018, através de ligação telefônica. Nesta data ocorreram cinco tentativas de contato, em horários e turnos diferentes – todas sem sucesso. O mesmo ocorreu nos dias 11 e 12 de setembro.

<sup>42</sup> Para tanto, o usuário precisa comprovar sua condição de renda, apresentando três dias úteis antes da data de matrícula, uma Declaração de Hipossuficiência assinada e o último contracheque. Para aqueles que se encontram desempregados, cópia das páginas da Carteira de Trabalho contendo a identificação do profissional e das páginas do último contrato de trabalho.

No dia 11 de setembro, foi encaminhado e-mail para a clínica, com o mesmo conteúdo do e-mail encaminhado para os serviços acima citados. Contudo, também não houve retorno.

No dia 12 de setembro em contato com o Departamento de odontologia através de ligação telefônica, foi orientado que deveria entrar em contato com o coordenador de extensão do departamento. Na mesma data foi realizado contato com o referido coordenador, que se mostrou interessado pela proposta do P.I e disposto a compartilhar informações a respeito da Clínica da Odontologia. Para tanto foi agendado uma reunião com o objetivo de dialogar sobre as práticas extensionistas da odontologia, em especial, das ações da Clínica.

A referida reunião ocorreu no dia 03 de outubro de 2018, no Centro de Ciências da Saúde (CCS). Na data, foi conversado sobre o P.I e suas motivações, sobre os serviços prestados pela Clínica da odontologia e as formas de acesso a tais serviços.

#### **b) Informações obtidas sobre o serviço:**

De acordo com o referido professor, a Clínica Odontológica da UFSC oferta serviços à comunidade com abordagens de caráter preventivo e curativo. Segundo este, a odontologia preventiva utiliza os conhecimentos da área para dar suporte aos usuários, visando auxiliar na mudança de hábitos que comprometem sua saúde bucal. A odontologia curativa, por sua vez, atua junto ao usuário sob a perspectiva de tratamento de um problema de saúde bucal já instalado.

Ao que se refere especificamente aos tipos de serviços e exames realizados pela Clínica, o profissional sinalizou que não são ações fixas, uma vez que o espaço tem como finalidade principal possibilitar aos estudantes de Odontologia da UFSC a experiência necessária a formação profissional através do atendimento à comunidade. Sendo assim, para obter informações mais detalhadas seria necessário entrar em contato com a clínica.

Ainda segundo o profissional, a instituição está em processo de alinhamento ao Sistema Único de Saúde (SUS), e tem trabalhado em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e também com a Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina. Assim, parte dos atendimentos realizados peça clínica são encaminhados pelas Unidades básica de Saúde (UBS) de cidade.

Além desses atendimentos, o espaço dispõe de atendimentos emergenciais abertos à comunidade, que são realizados nos períodos matutino e vespertino, de acordo com a disponibilidade do período.

**c) Critérios e formas de acesso:**

<b>Critérios de acesso</b>
O único critério de acesso é ser residente de Florianópolis.

<b>Formas de acesso</b>
Os atendimentos realizados por demanda espontânea - aqueles em que o usuário procura pelo serviço - são realizados a partir da lógica do protocolo de acolhimento da atenção básica de saúde, ou seja, de acordo com a classificação de risco do problema de saúde bucal enfrentado pelo usuário. Ao chegar na clínica o usuário realiza o acolhimento e é atendido de acordo com sua classificação de risco e a capacidade de atendimento do período. <sup>43</sup>

**Serviço 7. Farmácia Escola da UFSC**

<b>Endereço:</b>	Rua Delfino Conti, s/ nº, bairro Trindade / UFSC
<b>Atendimento:</b>	De segunda a sexta-feira das 8h00 às 12h00 / 14h00 às 18h00
<b>Telefone:</b>	(48)3721-9288 - (48) 3721-9703 - (48) 3721-6607
<b>E-mail:</b>	farmaciapmfufsc@gmail.com

**a) Registro dos contatos realizado:**

A primeira tentativa de contato com a Farmácia Escola da UFSC foi realizada no dia 10 de setembro de 2018, através de ligação telefônica, contudo, apesar de terem sido realizadas três ligações em horários diferentes, em nenhuma delas foi possível efetivar o contato. Na mesma data, um e-mail com o mesmo conteúdo do e-mail encaminhado para os serviços de extensão apontados anteriormente, foi enviado para Farmácia - porém também não houve retorno.

No dia 03 de outubro de 2018, em visita à Farmácia com a finalidade de coletar informações acerca dos serviços prestados e formas de acessos, foi possível conversar com uma das farmacêuticas da instituição. A mesma indicou que havia tomado conhecimento do e-mail encaminhado, mas que infelizmente por conta da

<sup>43</sup>Ao finalizar, o mesmo recebe um formulário de contra-referência, onde consta a classificação de risco e o detalhamento dos procedimentos realizados pela clínica, e é orientado a buscar a UBS de seu bairro, para dar continuidade ao tratamento.

carga de trabalho ainda não havia tido tempo para responder. Assim que comecei a falar sobre o projeto, como já havia lido o e-mail, a profissional se mostrou familiarizada com os objetivos e demonstrou receptividade com o conteúdo.

Foi então dialogado sobre a Farmácia, a comunidade e a dificuldade de acesso a informações referente aos serviços, e a necessidade de se pensar melhores estratégias para mudar esse fato. A profissional, ao longo da conversa, apontou inclusive, que não é raro que os próprios serviços de extensão da UFSC não saibam do trabalho realizado por outros serviços. Isso inclusive impede que o usuário seja encaminhado para acessar outras atividades de extensão da universidade, que poderiam ser uma possibilidade interessante para ele.

#### **b) Informações obtidas sobre o serviço:**

De acordo com a profissional, a Farmácia Escola da UFSC, tem como principal finalidade, contribuir para formação teórico e prática dos estudantes do curso de Farmácia da UFSC, através da prestação de serviços à comunidade e a realização de atividades de pesquisa e extensão.

Nesse sentido, a profissional aponta que o trabalho realizado em conjunto com a comunidade possibilita contribuições importantes tanto para a universidade – no processo de formação profissional e desenvolvimento da prática de pesquisa – quanto para os usuários, que acessam os medicamentos.

Com uma equipe técnica formada por docentes, estagiários do curso de Farmácia, farmacêuticas (da UFSC e da PMF), técnico de enfermagem da PMF, e técnicos administrativos da PMF, a Farmácia Escola, por meio de convênio com a PMF, atende usuários do Componente Básico da Assistência Farmacêutica e do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF)<sup>44</sup>, na oferta de medicamentos para a população residente em Florianópolis.

#### **c) Critérios e formas de acesso:**

<b>Critérios de acesso</b>
O único critério de acesso é ser residente de Florianópolis.

<sup>44</sup>O CEAF é uma estratégia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), caracterizado pela busca da garantia da integralidade do tratamento medicamentoso, em nível ambulatorial. Envolve as etapas de solicitação, avaliação, autorização, dispensação e renovação do tratamento - cujas regras estão dispostas na Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Em Florianópolis, a solicitação, a dispensação e a renovação da continuidade do tratamento ocorrem na Farmácia Escola, sendo os serviços prestados em parceria com a PMF.

<b>Formas de acesso</b>
Para ter acesso aos medicamentos ofertados pela Farmácia escola, o usuário ou seu responsável legal, precisa realizar a abertura de um processo administrativo de solicitação dos medicamentos do CEAF. Para tal, o usuário precisa entrar em contato com a farmácia, por telefone ou presencialmente, e agendar uma data para realizar esse processo <sup>45</sup> .
Na data agendada o usuário precisa ir até a Farmácia Escola da UFSC e realizar a abertura do processo administrativo <sup>46</sup> . Após essa etapa, a farmácia encaminha a solicitação do usuário a um profissional analista da Secretaria Estadual de Saúde (SES), que irá avaliar os documentos e exames, e autorizar ou não a continuidade do processo. <sup>47</sup>
Pode demorar de 30 a 75 dias para o processo retornar até a Farmácia Escola. Quando isso ocorre, a Farmácia entra em contato com o usuário para informar se a retirada da medicação foi autorizada ou não, e caso seja afirmativo, é agendada a data da primeira retirada do medicamento

### **Serviço 8. Clínica de Fonoaudiologia da UFSC**

<b>Endereço:</b>	Rua Desembargador Vitor Lima, 222, 2º Andar, Trindade, Florianópolis / Reitoria II, 2º andar
<b>Atendimento:</b>	Segunda-feira a Sexta-Feira das 10h às 12h - 13h às 16h
<b>Telefone:</b>	(48)3721-6111

#### **a) Registro dos contatos realizado:**

A experiência de contato com a Clínica de Fonoaudiologia da UFSC foi a mais difícil em relação aos demais serviços visitados, devido a dificuldade de diálogo. O primeiro contato ocorreu no dia 14 de setembro de 2018, através de ligação telefônica. Na ocasião, quando atendida pela recepcionista foi apresentado que a demanda vinha da equipe do Serviço Social da CSJ, citando brevemente o P.I e as informações que tínhamos necessidade de acessar sobre os serviços da clínica foi indicado que a solicitação deveria ser feita via e-mail para a coordenadora do local.

<sup>45</sup> Para realizar esse agendamento é necessário que o usuário informe dados como: nome completo, medicamento que necessita, doença (patologia) para a qual deseja solicitar a abertura do processo, telefone para contato e bairro em que o usuário reside.

<sup>46</sup> Para abrir o processo o usuário precisa apresentar os seguintes documentos: cópia do Cartão Nacional de Saúde (CNS); cópia do RG; laudo para Solicitação, Avaliação e Autorização de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (LME), devidamente preenchido; prescrição médica devidamente preenchida; documentos exigidos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas publicados na versão final pelo Ministério da Saúde, conforme a doença e o medicamento solicitado; e cópia do comprovante de residência.

<sup>47</sup> Essa autorização se dá a partir dos critérios do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde.

O e-mail foi enviado imediatamente, apontando os objetivos do P.I e situando as informações desejadas. Contudo, não se obteve retorno do referido e-mail até a semana seguinte.

No dia 20 de setembro, em visita à clínica, percebeu-se que havia um grande fluxo de usuários, profissionais e estagiários. Ao pontuar as tentativas de contato através do e-mail e via telefone, foi orientado que deveria reencaminhar o e-mail para a coordenadora da clínica, pois todos da equipe estavam ocupados. Na mesma data o e-mail foi reencaminhado, novamente não houve retorno. O mesmo ocorreu nos dias 27 de setembro, 8 de outubro, 25 de outubro e 12 de novembro. Um e-mail foi enviado também pela professora e supervisora acadêmica do Departamento de Serviço Social da UFSC, sem sucesso.

Concomitante aos e-mails, ligações telefônicas foram realizadas ao longo do referido período por mim e pela supervisora de campo. A resposta obtida era sempre a mesma - que indicava reenviar o e-mail para a coordenadora da Clínica.

Nesse sentido, as informações contidas neste trabalho, referentes a Clínica de Fonoaudiologia da UFSC, foram coletadas somente a partir de conteúdos encontrados no site da referida universidade.

#### **b) Informações obtidas sobre o serviço:**

De acordo com a página online da Clínica Escola de Fonoaudiologia da UFSC, esta instituição realiza atendimentos voltados a questões relacionadas à comunicação, disponibilizando serviços de avaliação e terapia nas áreas de linguagem oral e escrita, voz, motricidade orofacial e disfagia.

Além disso, oferece oficinas de letramento, destinadas a estudantes com problemas na oralidade ou escrita, pessoas com demência em estágio inicial e afasia, e para crianças (com idade entre 10 e 13 anos) com dificuldades de leitura e escrita.

Conforme o conteúdo da página online, os serviços ofertados pela Clínica são: Audiometria Tonal Liminar; Logaudiometria (audiometria vocal); Medidas da Imitância Acústica (Antigamente conhecida como Impedânciometria); Audiometria Infantil; Audiometria de Reforço Visual; Audiometria Lúdica; Emissões Otoacústicas Evocadas (Mais conhecido como o “Teste da Orelhinha”); Potenciais Evocados Auditivos do Tronco Encefálico (PEATE – mais conhecido como BERA); Avaliação do Processamento Auditivo (Central); Treinamento Auditivo em Cabine; Exame



Vestibular; Eletromiografia de Superfície: Avaliação Clínica da Deglutição; Avaliação Comportamental da Voz; Avaliação Acústica da Voz; Avaliação Nasoendoscópica da Deglutição; Avaliação Videofluoroscópica da Deglutição.

**c) Critérios e formas de acesso:**

<b>Critérios de acesso</b>
Não há critérios para acessar o serviço.

<b>Formas de acesso</b>
Os exames voltados ao público infantil são agendados de acordo com a disponibilidade de vagas, através de contato (telefônico ou presencial) com a clínica de Fonoaudiologia da UFSC. Para o público com idade superior a 12 anos, a marcação de atendimentos e exames é realizada somente mediante encaminhamento da Unidade Básica de Saúde.

Assim, tomando como referência os objetivos propostos, de modo especial aqueles voltados a identificar as modalidades de serviços de extensão ofertados pela universidade nas áreas da saúde, ciências sociais aplicadas e ciências humanas, abertos a comunidade. Como também em relatar de que forma ocorre a inserção da comunidade externa da UFSC nos serviços de extensão investigados. E, considerando as informações obtidas com a coleta de dados empíricos (registrados anteriormente) no contato com os oito serviços de extensão, foi possível identificar a presença de dois elementos centrais que perpassaram todos os serviços, são eles:

1. Os serviços como mercadoria
2. Os serviços e o diálogo com a comunidade

Nesse sentido, a partir desses dois eixos aglutinadores, pode-se tecer considerações acerca do caráter dos serviços de extensão prestados pela UFSC, a partir da perspectiva de extensão adotada a longo deste trabalho, em que esta é compreendida enquanto uma das formas de cumprimento do papel social da universidade.

**Os serviços como mercadoria**

Segundo autoras como Sousa (1998) e Santos (2009), as políticas neoliberais empreendidas no país a partir década de 90, resultaram no processo de redefinição do espaço público no setor universitário e em significativos cortes de orçamento, que atingiram principalmente as universidades federais - resultando no acirrado processo de desmonte dessas instituições.

Como reflexo dessa nova fase do desenvolvimento capitalista, o Estado neoliberal adota várias medidas que, de um lado, visam seu afastamento da responsabilidade de assumir as demandas do setor público, de outro, contribuem para o fortalecimento do setor privado, que passa a ocupar mais fortemente este espaço. Como consequência, vimos ao longo deste trabalho, que a educação passa a ser designada ao setor de serviços não exclusivos do Estado, e a Universidade, compreendida por este enquanto uma organização social prestadora de serviços.

Santos (2015) aponta, que com esta perspectiva, o Estado, inspirado no modelo empresarial de gestão, submete a Universidade brasileira a critérios de eficácia, eficiência e produtividade. Esta, por sua vez, na tentativa de garantir a manutenção de sua autonomia e especificidade institucional, acaba por adentrar na lógica estabelecida. Ou seja:

Trata-se aqui de um conflito oriundo da objeção entre a reivindicação de autonomia por parte da universidade pública sem abrir mão do financiamento do Estado e, por outro lado, a submissão da instituição a métodos de avaliação pautados em lógicas mercadológicas que adotam como parâmetro critérios que medem a eficácia da produtividade, ou seja, a universidade pública é submetida a uma lógica de produção típica de instituições privadas. (SANTOS,2015,p.18)

Chauí (1999) sinaliza que com isso, o Estado estabelece, através do contrato de gestão, metas e indicadores de desempenho para as universidades – cujo cumprimento determina a renovação ou não deste contrato. Assim a universidade passa a ter sua autonomia reduzida à gestão de suas receitas e despesas, e objetivando cumprir as metas e alcançar indicadores, realiza parcerias com empresas privadas, afim de conseguir financiamento para seus projetos e pesquisas. Dessa forma, o Estado libera a prestação de serviços privados no interior das universidades públicas através da flexibilização da malha legislativa e adota como critério de qualidade institucional a produtividade acadêmica.

A partir dessa breve contextualização, pôde se perceber, que os serviços ofertados pela extensão universitária da UFSC são reflexos da lógica estabelecida nas últimas décadas resultante dos ideais neoliberais. Três, das oito instituições que

prestam serviços de extensão voltados a comunidade, os realizam com a contrapartida de pagamento de taxas de inscrição.

Outro ponto a ser destacado, é que a partir do contato com esses serviços, percebeu-se que em muitos dos casos, estes são desenvolvidos à revelia da própria comunidade assistida, com o principal objetivo de contribuir para o exercício das habilidades técnicas dos estudantes e a preparação para o mercado de trabalho.

Com isso, cabe sinalizar que, sem negar a importância do ensino e do aperfeiçoamento técnico dos futuros profissionais, contudo, o serviço prestado a comunidade, se esvaziado de qualquer conteúdo político, não é uma prática edificante da ciência, tampouco tem o caráter transformador que a universidade propõe.

Nesse sentido, compreende-se que apesar do compromisso social da universidade pública ser reconhecido pela UFSC através de seus documentos institucionais, o que ocorre na prática, demonstra que infelizmente, há muito a se avançar. Acredita-se que, mesmo sendo em parceria com o setor privado, a tentativa desses serviços de buscar alternativas para garantir sua existência, vai ao encontro do projeto privatista em curso nos últimos anos, e totalmente na contramão do compromisso assumido pela Universidade Pública Brasileira para com a sociedade.

Nessa perspectiva, compactuamos com Santos, ao afirmar que para que a universidade cumpra seu papel social se faz necessário deixar de lado critérios de produtividade do mercado, se desvincular da prática de atividades de cunho econômico e se pautar em atividades que tenham como objetivo principal oferecer resposta aos problemas sociais. (2015)

Para tal, cabe a extensão universitária dar voz a comunidade, provendo uma efetiva interação entre esta e a universidade. Do contrário, ao se submeter às necessidades do mercado, ao invés de atuar para o enfrentamento dos problemas sociais, ela estará contribuindo com os ideais hegemônicos que colaboram para a perpetuação destes problemas.

Assim, acredita-se que a Universidade pública enquanto instituição que, como vimos ao longo deste trabalho, se compromete com a construção de conhecimento pautado nos ideais de transformação social e emancipação humana, deveria primar por práticas extensionistas que envolvam a comunidade na construção de um conhecimento capaz de instrumentalizar a sociedade para a busca da superação das desigualdades sociais.

## **Os serviços e a dificuldade de diálogo com a comunidade**

Como visto no capítulo II, a extensão universitária, ao lado do ensino e da pesquisa, se constitui enquanto uma função da Universidade Pública Brasileira, e deve servir como instrumento que contribua para que sejam alcançados não só os objetivos pedagógicos, mas também sociais, políticos e culturais da existência da universidade na sociedade.

Nessa perspectiva, Sousa (1998) e Santos (2015) apontam que a extensão enquanto esse “instrumento mediador” deve ser capaz de propiciar o vínculo mútuo e dialético entre universidade e sociedade, visando essencialmente, a construção de conhecimento e o desenvolvimento de práticas que contribuam para formar profissionais dotados de capacidade de reflexão crítica e capazes de construir junto a comunidade, alternativas para o enfrentamento dos problemas sociais.

Contudo, como vimos ao início deste trabalho, o fato de a comunidade vizinha a UFSC não ter conhecimento a respeito dos serviços de extensão disponíveis na referida universidade, levanta-se questionamentos a respeito do quão efetiva tem sido essa comunicação.

Ao longo da coleta de dados, realizada por meio do contato com os oito serviços de extensão selecionados, pôde-se observar que de fato existem as mais diversas barreiras a serem superadas, dentre elas a primeira, pode-se dizer que é a da comunicação/diálogo. A comunicação entre estes serviços e a comunidade, se dá, majoritariamente, através da divulgação de informações através da internet – o que não caracteriza um diálogo e por vezes faz com que, as pessoas que não tem nenhum vínculo com a universidade, não acessem tais serviços.

Ademais, percebeu-se que na maioria dos casos, os serviços priorizam as necessidades do mercado e a preparação dos estudantes para o exercer profissional, ou seja, desenvolver uma relação consistente com a comunidade, capaz de construir um conhecimento a partir do confronto com a realidade, não é questão prioritária. Nesse sentido, essa perspectiva de ação da universidade continua pautada na lógica tradicional e primeira do sentido da extensão universitária; ou seja, a partir da lógica de “difusão de conhecimento” onde a universidade se coloca em uma posição de superioridade em que tem algo para

“levar” para fora dela, desconsiderando assim, outros tipos de saberes que são tão necessários quanto o acadêmico.

Sobre isso, cabe apontar que, não há como a universidade atender aos interesses sociais ao mesmo tempo que atende aos interesses do mercado, uma vez que as necessidades desses atores são antagônicas. Enquanto a universidade servir aos interesses hegemônicos do mercado, de um projeto de sociedade com ideais neoliberais, ela estará compactuando com a manutenção da ordem vigente e não para a transformação social em direção a emancipação humana, elementos reafirmados como sendo finalidades da instituição em seus documentos institucionais.

Assim, é necessário que a relação estabelecida entre a Universidade (por intermédio das práticas de extensão) e a comunidade, seja para além de contatos pontuais, desprovidos de qualquer continuidade, ou de uma “prestação de serviço” que mais tem a finalidade de desenvolver habilidades dos futuros profissionais – relação com fins mercadológicos, uma vez que não há como conhecer as necessidades sociais sem estar em contato direto com as questões contemporâneas da realidade.

A Universidade precisa ser capaz de promover ações extensionistas que não sejam esvaziadas de consciência política sobre o papel social dessa instituição, deve ser capaz de superar as práticas voltadas apenas ao treinamento de técnicas e individualidades. É papel da UFSC enquanto Universidade Pública, contribuir para a organização política e social de grupos sociais diversificados, quebrar as barreiras existentes entre universidade e sociedade. Nesse sentido, buscar identificar as necessidades sociais através de um efetivo diálogo com a comunidade, se faz necessário para elaborar formas de resolver os problemas e prestar serviços que sejam capazes de promover mudanças sociais significativas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos, desde o princípio de nosso estudo, do entendimento de que a extensão universitária se constitui enquanto um importante instrumento para o cumprimento do papel social da Universidade Pública Brasileira, a passo que é através desta prática acadêmica que a universidade interliga suas ações de ensino e pesquisa com a realidade social.

Nesse sentido, o presente estudo buscou analisar de que forma os serviços de extensão de caráter permanente ofertados pela UFSC, possibilitam o acesso da população das comunidades do seu entorno, tendo em vista uma das formas de concretização do seu papel social.

Para atingir tal objetivo, o estudo teve como base fontes bibliográficas como livros e artigos científicos, documentos e legislações a nível nacional e institucional (da UFSC) que abarcam a extensão universitária, e a coleta de dados empíricos realizada em oito serviços de extensão de caráter permanente da UFSC, a saber: EMAJ, SAPSI, NETI, Atividades físicas para a comunidade, Cursos Extras, Clínica Odontológica da UFSC, Farmácia Escola da UFSC, e Clínica da Fonoaudiologia da UFSC.

Ao longo do desenvolvimento deste estudo foi possível perceber que apesar dos avanços ocorridos em relação a institucionalização das práticas extensionistas, há algumas barreiras a serem superadas para que esta possa de fato contribuir para o cumprimento do papel social assumido pelas Universidades Públicas, aqui dando ênfase na UFSC, onde este estudo foi realizado.

Como visto ao longo deste trabalho, a Universidade Pública Brasileira, passou por diversas mudanças ao decorrer de sua existência. Em sua origem, com um ensino de caráter estritamente técnico e especializado, a Universidade não assumia um compromisso com a sociedade, mas sim com as elites culturais daquele período histórico. Assim, conforme apontado por Fernandes (1975), constituía-se enquanto uma instituição “rígida e exclusivista, que transformava o saber em símbolo de distância social” (FERNANDES, 1975, p.56), limitando-se a transmissão dogmática de conhecimentos e a formação de profissionais liberais.

Ao longo da história, especialmente a partir da década de 1980 - marcada pelo período de reabertura democrática do país - a universidade é convocada a aprofundar seu papel como instituição comprometida com a realidade social. Com o

avanço nas discussões acerca da compreensão do papel da Universidade, esta assume como compromisso constituir-se enquanto um instrumento de mudança social em direção à justiça e a emancipação humana, a partir de práticas voltadas a interesses coletivos.

Como consequência desses debates, a narrativa da CF (BRASIL, 1988) firma a extensão universitária como prática obrigatória das universidades públicas, instituindo em seu capítulo III, artigo 207, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A partir disso, houve um avanço da Extensão no nível legal referente a sua institucionalização, e esta passa a ser compreendida como prática acadêmica que deve ser capaz de interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa.

Contudo, mesmo tendo assumido o compromisso com a construção de uma Universidade Pública capaz de se constituir enquanto um instrumento de transformação social, devido a diversos fatores sócio-políticos resultantes de uma nova fase do desenvolvimento capitalista, a universidade vem enfrentando uma série de problemas que interferem diretamente no cumprimento do seu papel social.

Como vimos ao longo deste estudo, com o avanço do neoliberalismo a partir da década de 90, o Estado desenvolve estratégias no âmbito legal para se desresponsabilizar do seu dever para com a educação brasileira. Assim, diminui o investimento nesse setor, adota medidas que potencializam a participação de empresas privadas no ramo educacional, e submete a Universidade Pública a critérios de eficácia, eficiência e produtividade.

Diante disto, a Universidade vem passando por um intenso processo de desmonte, sendo submetida a produção de conhecimento imediato e comercializável e a uma formação profissional cada vez mais técnica e voltada para os interesses do mercado de trabalho - comprometendo a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão produzida por esta instituição.

Como vimos ao longo deste trabalho, a Universidade, especialmente a pública, possui um dever para com a sociedade:

Enquanto instâncias produtoras do conhecimento, as universidades devem ser capazes de oferecer aos governos e à sociedade as tecnologias, teorias e processos, assim como os profissionais capazes de propulsionar o desenvolvimento, e, para que esse desenvolvimento não se restrinja à esfera econômica, seja sustentável e tenha um caráter ético, é preciso que esses 'produtos' estejam afinados com os valores e interesses sociais. (BRASIL, 2012, p.23)

Nesse sentido, a extensão é extremamente importante para o cumprimento desse dever, tendo em vista que participando da realidade social através da interação dialógica com a comunidade, a universidade contribui para o desenvolvimento social para além da esfera econômica, e sem assumir o risco de construir um conhecimento descolado dos problemas sociais.

A UFSC, reafirmando os princípios e diretrizes da PNEU, aponta através da narrativa de seus documentos institucionais que a extensão universitária deve ser um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX,2012, p.28). Contudo, a partir do contato com os oito serviços de extensão ofertados a comunidade, percebeu-se uma grande dificuldade destes em construir uma relação dialógica com a comunidade. Além disso, pôde-se constatar que a maioria destes priorizam as necessidades do mercado e a preparação dos estudantes para o exercer profissional.

Nesse sentido, destaca-se que para que a extensão de fato se constituírem enquanto instrumento de impacto e transformação social, esta deve ser realizada a partir da relação dialógica com a realidade social, da troca de saberes com a comunidade, de modo que esta também possa ser protagonista da construção de conhecimento.

Para tal, é preciso que os serviços de extensão, ultrapassem a barreira de comunicação entre a UFSC e a comunidade e possam realizar trocas continuadas, que vão além da divulgação e prestação de serviços e além do atendimento imediato a uma parcela mínima da população, que só consegue acessar essa informação mais facilmente por ter acesso a internet ou algum vínculo com a UFSC.

Por fim, conclui-se que a extensão universitária, não pode ser um instrumento alienante, no sentido de contribuir para a manutenção do *status quo* e a hegemonia de uma classe. Como aponta Sousa (1998, p. 26), para isso não ocorrer, deve se efetivar a participação social na construção do conhecimento, pois segundo a autora, a extensão não pode ser um “fator independente da dinâmica do real”.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, Ronaldo Sávio Paes. **Neoliberalismo e educação: uma década de intervenções do Banco Mundial nas Políticas Públicas do Brasil (2000-2010).** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...].** São Paulo: Usp, 2011. p. 1- 6. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300894657\\_ARQUIVO\\_artigoNEOLIBERALISMOEEDUCACAO.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300894657_ARQUIVO_artigoNEOLIBERALISMOEEDUCACAO.pdf). Acesso em: 23 jun. 2019.
- BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUI, Marilena de Souza. **Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento: cinco anos depois da Conferência sobre ensino superior.** Brasília: Unesco, 2008. 44 p. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000134422\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000134422_por). Acesso em: 24 mar. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 24 mar. 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília: MDS, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: 24 mar. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências. Brasília, 2018. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808). Acesso em: 24 mar. 2019
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.** Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 mar. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** A Lei Básica da Reforma Universitária. Brasília, 1968 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 24 mar. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.
- CASA SÃO JOSÉ (Florianópolis). **Projeto Político Pedagógico.** Florianópolis: Casa São José, 2016. 38 p.

CERQUEIRA, Aliana Georgia Carvalho *et al.* A TRAJETÓRIA DA LDB: UM OLHAR CRÍTICO FRENTE À REALIDADE BRASILEIRA. *In: CICLO DE ESTUDOS HISTÓRICOS*, 20., 2009, Santa Cruz. **Anais [...]**. Santa Cruz: Uesc, 2009. p. 1-6. Disponível em:  
[http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/aliana\\_georgia\\_carvalho\\_cerqueira.pdf](http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/aliana_georgia_carvalho_cerqueira.pdf). Acesso em: 23 jun. 2019.

CESAR, Sandro Bimbato. A INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E A GESTÃO DO CONHECIMENTO: Estudo em universidade brasileira. **Projetos e Dissertações em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p.1-43, dez. 2013. Disponível em:  
<http://www.fumec.br/revistas/sigc/article/view/1918>. Acesso em: 23 jun. 2019.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. 205 p.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 4, n. 3, p.3-8, dez. 1999. Disponível em:  
<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>. Acesso em: 23 jun. 2019.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, dez. 2003. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 27 jun. 2019.

CHIZZOTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991. 164 p. (Biblioteca da educação, v. 16. Série Escola)

CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA DA UFSC (Florianópolis). Ufsc. **Página online Clínica de fonoaudiologia da UFSC**. Disponível em:  
<http://fonoaudiologia.ufsc.br/clinica-escola-de-fonoaudiologia/>. Acesso em: 23 jun. 2019.

CLÍNICA ODONTOLÓGICA DA UFSC (Florianópolis). Ufsc. **Página online Clínica odontológica da UFSC**. Disponível em: <http://odt.ccs.ufsc.br/>. Acesso em: 23 jun. 2019.

CORBUCCI, Paulo Roberto *et al.* VINTE ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: AVANÇOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília: IPEA, v. 17, n. 2, p.19-81, jun. 2009. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/bps\\_17\\_vol02\\_educacao.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_17_vol02_educacao.pdf). Acesso em: 23 jun. 2019.

CORRÊA, Edson José. Extensão universitária, política institucional e inclusão social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 1, n. 1, p.12-15, jul. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/864>. Acesso em: 23 jun. 2019.

COSTA, Patrícia Maneschy Duarte da; SANTOS, Sônia Regina Mendes dos; GRINSPUN, Mirian PauraSabrozaZippin. ExtensaoUniversitaria e o Campo da Política Cultural. **Meta**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.352-368, set./dez. 2009. Disponível em:

<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/48>. Acesso em: 23 jun. 2019.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, dez. 2006. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 mar. 2019.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1975. 257 p. (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências sociais. Série 1)

FORPROEX. Fórum De Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. 40 p. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>Acesso em: 08 mar 2019

GONÇALVES, NadiaGaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p.1229-1256, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229>. Acesso em: 23 jun. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

JEZINE, Edineide. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 1-6. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. *In*: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço social e educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 1-26. (Coletânea nova de serviço social).

MACIEL, LizeteShizueBomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, dez. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022006000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000300003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 jun. 2019.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, abr. 2009. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302009000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 24mar. 2019.

MATOS, Alderi Souza de. A REFORMA PROTESTANTE DO SÉCULO XVI. **Vox Faifae**: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB, Goiânia, v. 3, n. 1, p.1-20, dez. 2011. Disponível em:

<http://www.faifa.edu.br/revista/index.php/voxfaifae/article/view/24>. Acesso em: 23 jun. 2019.

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública. *In*: CALDERÓN, Adolfo Ignácio; SAMPAIO, Helena (org). **Extensão Universitária**: ação comunitária em universidades brasileiras. São Paulo: Olho D'Água, 2002. p. 29-44. (Coleção Socializando Experiências, v. 3)

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 108 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 24º ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 80 p.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269-280, ago. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782009000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 jun. 2019.

NETI (Florianópolis). Ufsc. **Núcleo de Estudos da Terceira Idade**. Disponível em: <http://neti.ufsc.br/>. Acesso em: 23 jun. 2019.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. O fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces**: Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.35-47, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/7>. Acesso em: 23 jun. 2019.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-estar e Sociedade**, Barbacena, v. 4, n. 7, p.119-133, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/60>. Acesso em: 23 jun. 2019.

PAINI, Leonor Dias; COSTA, Leila Pessôada. A função social da universidade na contemporaneidade: algumas considerações. **Revista Eventos Pedagógicos**, Sinop: Unemat, v. 7, n. 1, p.59-72, jan./maio 2006. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/2077>. Acesso em: 23 jun. 2019.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces**: Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.5-23, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdTEIXEIRA>. Acesso em: 23 jun. 2019.

PAVIANI, Jayme; POZENATO, José Clemente. A universidade em debate. 3. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1984. 150 p.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. 30 p. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2019.

SANTOS, Boaventura de S; ALMEIDA FILHO, Naomar. **A Universidade no Século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008. 184 p.

SANTOS, Bruno Lima Patrício dos. A educação superior brasileira em tempos de reformas neoliberais: continuidades ou rupturas?. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009. p. 1 - 9. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11\\_educacao/a-educacao-superior-brasileira-em-tempos-de-reformas-neoliberais-continuidades-ou-rupturas.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/a-educacao-superior-brasileira-em-tempos-de-reformas-neoliberais-continuidades-ou-rupturas.pdf). Acesso em: 23 jun. 2019.

SANTOS, Lorrainy Alves. **Universidade Sem Muros: a extensão da Criminologia para além das barreiras universitárias**. 2015. 164 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/159599>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SAPSI (Florianópolis). **Página online do Serviço de Atenção Psicológica**. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <http://www.sapsi.ufsc.br/>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SCHEIDEMANTEL, Sheila Elisa; KLEIN, Ralf; TEIXEIRA, Lúcia Inês. A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 1-6. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrest/Direitos/Direitos5.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 304 P.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária a partir de seus interlocutores**. 1995. 351 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

SOUSA, Ana Luiza Lima. Extensão Universitária: compromisso social ou solidariedade?. **Revista Adusp**. São Paulo, p. 23-28. jul. 1998. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/14/r14a04.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

UFSC. **Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://ufsc.br/>. Acesso em: 23 jun. 2019.

UFSC. **Carta de Serviços ao cidadão**. Florianópolis: UFSC, 2018a. 188 p. Disponível em: [http://cartadeservicos.ufsc.br/files/2015/08/Carta\\_de\\_servi%C3%A7os\\_2018.pdf](http://cartadeservicos.ufsc.br/files/2015/08/Carta_de_servi%C3%A7os_2018.pdf). Acesso em: 08 mar 2019.

UFSC. Conselho Universitário. **Estatuto da UFSC**. Florianópolis: UFSC, 1982. Disponível em: <http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/estatuto-da-ufsc/>. Acesso em: 23 jun. 2019.

UFSC. Conselho Universitário. **Regimento geral da UFSC**. Florianópolis: UFSC, 1982. Disponível em: <http://cun.orgaosdeliberativos.ufsc.br/regimento-geral-da-ufsc>. Acesso em: 23 jun. 2019.

UFSC. Conselho Universitário. **Resolução Normativa nº 88/2016/CUn, de 25 de outubro de 2016**. Dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2016. 8 p. Disponível em: [http://secarte.paginas.ufsc.br/files/2016/11/Resolu%C3%A7%C3%A3oNormativa\\_88\\_Extens%C3%A3o.pdf](http://secarte.paginas.ufsc.br/files/2016/11/Resolu%C3%A7%C3%A3oNormativa_88_Extens%C3%A3o.pdf). Acesso em: 08 mar 2019.

UFSC. Pró-reitoria de Extensão (PROEX). **Perguntas e Respostas Frequentes**. 2018b. Disponível em: [http://proex.paginas.ufsc.br/files/2019/04/CARTILHA-PERGUNTAS-PROEX\\_web\\_i.pdf](http://proex.paginas.ufsc.br/files/2019/04/CARTILHA-PERGUNTAS-PROEX_web_i.pdf). Acesso em: 08 mar 2019

**APÊNDICE A –“OCUPANDO ESPAÇOS: Aproximação da Associação Casa São José e da comunidade da Serrinha com os serviços de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina”**

**ASSOCIAÇÃO CASA SÃO JOSÉ**

MAIARA CARBONERA

**OCUPANDO ESPAÇOS: Aproximação da Associação Casa São José e da comunidade da Serrinha com os serviços de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina**

**Florianópolis**

**2018**

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Nome	Função	Telefone	E-mail
MaiaraCarbonera	Estagiária de Serviço Social	(48)98454-6068	<a href="mailto:mayh_fpolis@hotmail.com">mayh_fpolis@hotmail.com</a>
DeyseEstevãoFagah	Assistente Social	(48)98461-1215	<a href="mailto:socialcsj@outlook.com">socialcsj@outlook.com</a>

## 2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

### 2.1 Título:

OCUPANDO ESPAÇOS: Aproximação da Associação Casa São José e da comunidade da Serrinha com os serviços de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina.

### 2.2 Área de abrangência:

Nacional |  Regional |  Estadual |  Municipal |  Distrital |  Local

### 2.3 Instituição:

Associação Casa São José, localizada na Rua Marcus Aurélio Homem 366, Serrinha – Carvoeira – Florianópolis.

### 2.4 - Público ao qual se destina:

O público alvo deste projeto são as famílias atendidas pela Casa São José e como público indireto, todas as demais famílias da comunidade da Serrinha.

### 2.5 Período de execução:

**Início (mês/ano):** Agosto/2018 | **Término (mês/ano):** Novembro/2018

## 3. AMBIENTE INSTITUCIONAL

A Associação Casa São José (CSJ) é uma entidade jurídica de caráter privado, sem fins lucrativos, que atua no campo da proteção social básica da política de Assistência Social, na oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), o SCFV tem como objetivo viabilizar trocas culturais e de vivência entre pessoas, fortalecendo os vínculos familiares e sociais, incentivando a participação



social, o convívio familiar e comunitário e trabalhando o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade.

Nesse sentido, ainda segundo este documento, o SCFV voltado a faixa etária do público alvo atendido pela CSJ, deve se constituir enquanto:

Um espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. (BRASIL,2009,p.16)

A abrangência geográfica de atuação da Casa São José é a comunidade da Serrinha, localizada na cidade de Florianópolis, ao lado da Universidade Federal de Santa Catarina. Tal contexto territorial é composto principalmente, por famílias com baixo poder aquisitivo, grande parte de seus moradores não possui qualificação profissional e dificilmente são absorvidos pelo mercado formal de trabalho.

As famílias, com baixo nível de escolaridade, baixa remuneração e sem outra alternativa, buscam muitas vezes atender suas necessidades, sobretudo as de moradia, instalando-se em habitações insalubres, muitas delas em regiões de risco. Assim, pôde se perceber que é um território onde se colocam diversas expressões da questão social, que segundo Iamamoto(1997), é objeto de intervenção dos assistentes sociais:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem (IAMAMOTO,1997, p. 14).

Nesse sentido, sobre as famílias residentes na Serrinha, de acordo com as demandas emergentes atendidas pela equipe profissional da CSJ, explicitado no Projeto Político Pedagógico da entidade (2016), as condições de vida dessa população refletem diretamente na saúde da mesma.

Em relação a atuação do assistente social na CSJ, aponta-se esta como uma prerrogativa para a operacionalização e instrumentalização do SCFV, possuindo enquanto eixo de intervenção a matricialidade sociofamiliar, como preconizado na Política Nacional da Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004). Assim, a prática da assistente social na entidade está voltada para o trabalho com as famílias e a comunidade das 195 crianças e adolescentes que frequentam o serviço.

O trabalho com as famílias, realizado por meio de visitas domiciliares e atendimento social, requer do assistente social, a articulação com diversos serviços da rede socioassistencial, tendo como equipamentos principais o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), a Unidade Básica de Saúde, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), o Conselho Tutelar, e a Educação. Além destes, o cotidiano profissional exige a articulação com outros serviços públicos do território, mas algumas barreiras para a efetividade dessas trocas ainda não foram superadas. De acordo com a tipificação dos serviços socioassistenciais, a articulação entre serviços:

Garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas necessidades e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas. (BRASIL,2009,p.12)

Em relação a equipe técnica, a entidade dispõe de uma assistente social, uma psicóloga, uma fonoaudióloga, uma psicopedagoga, uma dentista e sete educadores. Com exceção da assistente social, que possui seu trabalho voltado para as famílias, os outros profissionais atuam diretamente com as crianças e adolescentes que frequentam a instituição.

No cotidiano da prática profissional da assistente social, bem como de outras áreas de atuação presentes na CSJ, observa-se que muitas das demandas emergentes poderiam ter como uma possibilidade de atendimento, o acesso da comunidade da Serrinha aos serviços de extensão prestados pela UFSC. No entanto, grande parte das famílias desconhecem esses serviços.

#### **4. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA**

A partir da experiência de estágio na Associação Casa São José (CSJ), pôde-se perceber que apesar da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC estar localizada a poucos quilômetros da comunidade da Serrinha, em Florianópolis, os moradores da região desconhecem os serviços ofertados por esta instituição pública de ensino superior, através da extensão universitária.

Destaca-se que os projetos de extensão da UFSC existem e são diversos, como mostra o Sistema Integrado de Gerenciamento de Projetos de Pesquisa e de Extensão (SIGPEX), que possibilita a consulta online de todos os projetos que estão em desenvolvimento na UFSC. O que se observa é que por falta de interação da universidade com a comunidade da Serrinha, grande parte dos moradores não se sentem confortáveis no ambiente universitário e por falta de conhecimento dos serviços, pouco os acessam.

Observou-se também, neste período de estágio, que a Casa São José, enquanto entidade inserida neste território há mais de 15 anos, construiu grande visibilidade em meio a comunidade, constituindo-se hoje como um importante instrumento para disseminação de informações que podem contribuir na garantia de direitos.

O Serviço Social, enquanto profissão que atua diretamente a partir das demandas advindas da questão social, numa perspectiva de defesa dos direitos sociais, como preconizado no Código de Ética da categoria (Resolução 273/1993), tem como dever trabalhar objetivando a consolidação do exercício da cidadania, atuando para a efetivação e democratização do acesso a direitos sociais, como saúde, assistência, educação, dentre outros que conformam para a evolução e desenvolvimento do indivíduo (ANDRADE, COSTA, NORONHA, SOUZA, 2015).

Nesse sentido, busca-se através deste projeto de intervenção, contribuir para que a comunidade da Serrinha acesse informações sobre os serviços de extensão da UFSC, bem como, participem desses espaços, entendendo-se também enquanto protagonistas desses serviços.

Referente ao papel da CSJ para a concretização desse projeto de intervenção, ao aproximar-se da Cartilha de Orientações Técnicas Sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos (BRASIL, 2010), percebeu-se que este serviço tem como dever para a concretização do que se propõe, ser articulado com outros serviços do território, sejam eles socioassistenciais de Proteção Social Básica e Especial, serviços públicos locais de educação, saúde, cultura, esporte, meio ambiente, ou também, instituições de ensino e pesquisa.

Sobre a extensão universitária, Cesar (2013) aponta que esta tornou-se uma atividade obrigatória e característica das universidades brasileiras, com o artigo 207 da

Constituição Federal de 1988, que pautou o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com Araújo e Casimiro (2009), a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ocorre da seguinte forma: através da pesquisa, se produzem conhecimentos que vão ser passados em sala de aula por meio do ensino. Paralelamente, a extensão permite compartilhar o conhecimento adquirido com a comunidade, através de serviços prestados. Essa interação entre universidade e sociedade contribui para a coleta de dados e informações sobre este contexto social, que deverão servir como base para novos estudos e pesquisas.

Em decorrência da constituição de 1988, apontou-se a necessidade de uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que regulamentada em 1996, trouxe em seu capítulo IV, artigo 43, disposições acerca da finalidade do ensino superior. De acordo com o texto da lei, é dever da universidade:

IV - Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação.

VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996).

Além disso, no processo de construção da extensão enquanto um dever das universidades, no ano de 2012, ocorreu a promulgação da Política Nacional de Extensão Universitária (BRASIL, 2012), que traz em sua narrativa o conceito de extensão como “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (BRASIL, 2012, p.28).

Nesse sentido, por meio da atividade de extensão, há uma troca de valores e conhecimentos entre universidade e o meio que faz com que esta influencie, ao mesmo tempo que também é influenciada. É através dessa troca possibilitada pela extensão que a universidade procura concretizar suas funções na sociedade.

Segundo Mendonça e Silva (2002), a extensão universitária representa ainda uma forma de democratizar o conhecimento produzido pela universidade pública, uma vez que, poucos são os que têm acesso direto a este equipamento

educacional. Assim os serviços de extensão se constituem como um meio de devolver à sociedade o investimento depositado nesse espaço coletivamente financiado.

Além disso, os projetos de extensão contribuem para o aperfeiçoamento da aprendizagem acadêmica, a passo que ajudam a aprimorar o conhecimento adquirido ao longo da graduação, além de melhorar a autoconfiança, proporcionar o conhecimento profissional na área escolhida, melhorando o currículo e aumentando as chances para o mercado de trabalho (ARANTES, DESLANDES,2017, p.181).

Assim, percebe se que a extensão universitária resulta em ganhos tanto para a comunidade acadêmica, quanto para o meio no qual ela está inserida. Logo, é preciso desenvolver estratégias que possibilitem uma efetiva integração com as comunidades no entorno da universidade, impulsionando a participação e protagonismodestas nesse processo.

## **5. OBJETIVOS**

### **5.1 Objetivo Geral**

- Impulsionar o acesso da comunidade da Serrinha aos serviços de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

### **5.2 Objetivos Específicos**

- Levantar os serviços oferecidos pela extensão universitária da UFSC à comunidade;
- Identificar quais desses serviços podem contribuir para o atendimento das áreas de necessidades e interesse da comunidade da Serrinha;
- Possibilitar o contato entre a Casa São José e os serviços de extensão da UFSC;
- Disseminar informações sobre os serviços de extensão da UFSC para a comunidade da Serrinha.

## 6. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos ao longo deste projeto, algumas ações serão necessárias.

O primeiro passo ocorrerá durante os dias 06 e 07 de agosto, com o mapeamento dos serviços ofertados pela extensão universitária da UFSC. Esta ação ficará sob responsabilidade da estagiária de Serviço Social Maiara, que colherá informações online através do site da instituição federal de ensino superior, sobre os serviços de extensão existentes.

Após essa checagem, no dia 8 de agosto, será organizado um documento onde constará todos os serviços localizados através da busca online. Em seguida, será realizado contato com a Associação de moradores da Serrinha, para agendar participação na reunião periódica deste espaço, que acontece toda terça-feira do mês, às 19:00 horas. A participação na reunião será de responsabilidade da estagiária Maiara em conjunto com a assistente social Deyse, e terá como objetivo principal dialogar com a comunidade sobre as possibilidades dos projetos de extensão da UFSC, e a partir da conversa, identificar coletivamente quais dos serviços levantados a comunidade tem mais interesse em acessar.

O próximo passo após a escolha dos serviços, ocorrerá nos dias 21, 22 e 23 de agosto, por meio de contato telefônico e através de e-mail com os serviços de extensão escolhidos pelos representantes comunitários. Tal ação será realizada por Maiara e terá como objetivo verificar quem são as pessoas responsáveis pelos projetos. Nesta etapa, corre-se o risco de não conseguir acessar o responsável, então caso ocorra, a visita não será agendada mas irá acontecer.

A próxima etapa ocorrerá no dia 30 de agosto, com a elaboração de um documento sucinto de apresentação da CSJ e da comunidade da Serrinha, que será entregue aos projetos visitados. Neste documento terão informações que possibilitem vislumbrar as características da comunidade da Serrinha e do trabalho da CSJ neste contexto.

As visitas aos serviços de extensão serão realizadas pela estagiária Maiara, durante os meses de setembro e outubro, não podendo ultrapassar o limite de duas semanais. Durante a visita pretende-se conhecer os serviços ofertados, as formas de

acesso ao público alvo destes serviços. Além disso, será apresentado a CSJ e o seu trabalho junto à Comunidade da Serrinha. Neste momento o documento elaborado anteriormente com informações importantes sobre a entidade e a Serrinha será disponibilizado.

Após o término do ciclo de visitas será feita a compra de materiais para a construção dos murais que serão disponibilizados na CSJ e na sede da associação de moradores da Serrinha. A compra será realizada no dia 01 de novembro e a confecção dos murais ocorrerá nos dias 05, 07 e 09 de novembro, pela estagiária Maiara. Os murais terão todas as informações coletadas sobre os serviços de extensão visitados e a lista de serviços disponíveis na UFSC de uma maneira geral.

Por fim, será apresentado os resultados captados com os projetos de extensão da UFSC para a equipe multiprofissional da Casa São José, bem como para a associação comunitária da serrinha, em uma data previamente agendada, da terceira semana de novembro.

## 7. PARCEIROS

A partir da observação das demandas que se apresentam no contexto dos atendimentos realizados pelos profissionais da CSJ, os serviços de extensão listados com grande grau de relevância à comunidade são os seguintes:

<b>Curso</b>	<b>Serviço de Extensão</b>
<b>Fonoaudiologia</b>	Clínica Escola da Fonoaudiologia
<b>Odontologia</b>	Clínica Odontológica da UFSC
<b>Direito</b>	Escritório Modelo de Assistência Jurídica da UFSC (EMAJ)
<b>Farmácia</b>	Farmácia Escola da UFSC
<b>Psicologia</b>	Serviço de Atenção Psicológica (SAPSI)
<b>Educação Física</b>	Atividades Física Para a Comunidade

No entanto, esta será uma decisão conjunta com a comunidade, logo, a partir do diálogo que será realizado com a associação de moradores estes serviços podem ser alterados.

## 8. CRONOGRAMA

<b>Ações</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>
Mapeamento online dos Serviços de extensão oferecidos pela UFSC				

Elaboração de um documento com os serviços de extensão da UFSC				
Agendamento e execução da visita com a associação de moradores da Serrinha				
Contato com os serviços de extensão escolhidos, para agendamento de visita.				
Elaboração de um documento sucinto de apresentação da CSJ e da Serrinha				
Visita aos serviços de extensão selecionados				
Compra dos materiais para a construção dos murais				
Construção dos murais com os serviços oferecidos pela UFSC				
Apresentação dos resultados do projeto de intervenção para a equipe multiprofissional da Casa São José				

## 9 ORÇAMENTO

### 9.1 Recursos materiais e serviços:

<b>Discriminação de materiais</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor total</b>
Folhas de papel A4	1 resma	5,00	5,00
Canetinhas coloridas	1 pacote	12,00	12,00
Mural de cortiça	2 unidades	22,00	44,00
<b>Discriminação de serviços</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor unitário</b>	<b>Valor total</b>
Impressão	30 unidades	0,15	4,50
<b>SUBTOTAL</b>			<b>R\$65,50</b>

## 10. RESULTADOS ESPERADOS

Com a execução deste projeto de intervenção espera-se contribuir para a disseminação de informações sobre os serviços de extensão da UFSC e para o acesso dos moradores da comunidade da Serrinha a esses serviços, de forma a possibilitar uma nova alternativa para o atendimento das demandas dessa população.

Também busca-se através deste projeto alcançar maior integração entre universidade e comunidade, que como discorrido anteriormente é indispensável para a troca de conhecimentos entre estes dois atores sociais, potencializando a construção coletiva de alternativas para o enfrentamento de problemáticas locais.

Além disso, no âmbito da atuação profissional do assistente social, espera-se construir junto a estes serviços uma possibilidade de articulação, caracterizada



enquanto um elo entre diferentes organizações, de modo que estas possam reconhecer o papel desempenhado por cada uma, e assim, contribuir para o acesso a direitos sociais.

## **11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

O monitoramento das intervenções será realizado quinzenalmente, durante toda a implementação do projeto, em conjunto com a supervisora de campo, através dos momentos de supervisão, visando verificar se as ações planejadas foram alcançadas. Caso não tenham se efetivado, neste momento será planejado um novo cronograma de execução.

A avaliação ocorrerá em duas etapas. A primeira, diretamente com os serviços de extensão visitados, através da aplicação de um questionário que será criado pela ferramenta online Google. O documento será enviado para todas as pessoas que nos receberam durante as visitas institucionais nos serviços de extensão. Este questionário conterá as seguintes perguntas: A partir da apresentação da comunidade pôde se compreender o serviço realizado pela CSJ? - Pretende desenvolver alguma pesquisa com essa comunidade? – De que forma a integração entre o serviço de extensão e a comunidade pode ser fomentada por este serviço de extensão?

A segunda parte da avaliação será feita, juntamente com a supervisora de campo e a associação de moradores, de forma avaliar a relevância, efetividade, resultados e impactos gerados pelas ações desenvolvidas na instituição.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de, COSTA, Tereza Raquel Negreiros do Nascimento, NORONHA, Mayza Lorena Barbosa da Silva, SOUZA, Vivianne Batista Riker de. **DIREITOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: uma leitura a partir do Curso de Serviço Social da UFAM.** Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/direitos-sociais-e-formacao-profissional-em-servico-social-uma-leitura-a-partir-do-curso-de-servico-social-da-ufam.pdf>. Acesso em 28 jun. 2018

ARAÚJO, F. de P.; CASIMIRO, L. C. da S. R. **A importância dos projetos de extensão universitária na formação de cidadãos leitores.** XXXII Encontro Nacional de Estudante de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação. Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos:** prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília, 2010

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília: MDS, 2009.

CASA SÃO JOSÉ. Projeto Político Pedagógico. 2016 (não publicado)

CESAR, Sandro Bimbato. **A INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E A GESTÃO DO CONHECIMENTO:** Estudo em universidade brasileira. Belo Horizonte, 2013.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social.** Resolução 273/1993.10 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DESLANDES, Maria.S.S, ARANTES, Alisson R. **A extensão universitária como meio de transformação social e profissional in**Sinapse Múltipla, 6(2), dez.,179-183, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. **Extensão Universitária: Uma nova relação com administração pública.** Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras. São Paulo, v. 3, p. 29-44, 2002.